

O TERRITÓRIO DO SAL: A EXPLORAÇÃO DO SAL MARINHO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE*

Manoel Correia de Andrade**

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa sobre “A exploração do sal marinho e a produção do espaço Geográfico no Nordeste do Brasil” resultou de frequentes contatos do autor com a região salina do Rio Grande do Norte e do Ceará, contatos estes realizados em função de pesquisas sobre assuntos ligados à área, e didáticos de campo. O interesse pela área e por sua problemática surgiu, já nos anos cinquenta, em fase da constatação dos problemas sociais resultantes da exploração do sal e da pecuária extensiva.

Sempre foi de grande interesse estudar os problemas da salinicultura, sobretudo após 1965, quando se procurou estimular a mecanização e a concentração das salinas, visando passar de uma fase de exploração manual, quase artesanal, para uma fase de mecanização intensa e de concentração capitalista. Estudamos, na medida do possível, as modificações que foram sendo feitas durante o período do: “milagre brasileiro”, da tutela tecnológico-militar e da crise que se seguiu, a partir dos anos Oitenta e Cinco.

O aguçamento da crise nos levou a investir no estudo dos problemas da produção do sal, sobretudo depois de havermos feito, com apoio do CNPq, estudos sobre a produção de cassiterita no Norte do Brasil e da xelita no próprio Rio Grande do Norte. Daí termos apresentado, em 1992, um projeto de pesquisa, objeto deste relatório, como proposta para a concessão da bolsa de pesquisa para o biênio outubro de 1992 a setembro de 1994. A pesquisa foi feita com grande dificuldade, de vez que a CNPq concedeu a bolsa ao pesquisador, mas não concedeu auxílio para a realização da mesma, tendo levado o pesquisador a realizar uma excursão, às próprias-custas, à área salina, onde manteve contatos com técnicos, empresários e trabalhadores, e de haver recolhido uma abundante bibliografia que foi usada neste relatório técnico-científico.

Assim o CNPq, dentro de suas possibilidades financeiras, propiciou a realização da pesquisa mantendo a continuidade dos trabalhos do pesquisador, que agradece penhoradamente; também não se pode deixar de salientar o apoio administrativo recebido, da Fundação Joaquim Nabuco, através do seu Centro de Documentação e Estudos de História Brasileira Rodrigo Mello Franco de Andrade (CEHMR.A), do Instituto de Documentação (INDOC), sem o qual o trabalho não teria sido realizado. Ainda merece referência a Fundação Guimarães Duque, como instituição, e o seu Diretor, Professor Vingt-un Rosado, pelo apoio dado, sobretudo através de informações e da facilidade de acesso à bibliografia, grande parte dela constante de livros publicados pela prestigiada Coleção Mossoroense.

* Publicado originalmente pela Cooperativa Universitária da UFRN, Natal, 1995. Mantida, na medida do possível, a escrita original.

** Na época da publicação o autor era professor aposentado da UFPE.

Como se poderá ver, da leitura do texto, o Autor-Pesquisador procurou salientar a produção de sal marinho no Nordeste, que corresponde a cerca de dois terços da produção brasileira, as relações entre a atividade econômica e os fatores capital e trabalho em sua evolução, desde o período colonial até os nossos dias, e o tipo da paisagem que foi criado por esta atividade, como ela propiciou ocupação do espaço indiferenciado e transformou-o em um território produzido com determinados fins e visando ao atendimento de determinados interesses. Ao nosso ver, conseguimos mostrar como em um espaço em produção o capital e o trabalho, colaborando e se conflitando, estruturam formas de ocupação e relações econômicas e sociais, e como a atuação destes dois fatores se faz de forma diversas em função de desafios de cada momento histórico e da maior ou menor parcela de poder de que dispõem. E a presença do Estado é sempre uma constante, ora impondo interesses de uma classe que detém a hegemonia política, ou de grupos hegemônicos de classe – as classes sociais não são homogêneas –, ora mediando conflitos, de classe. Deve-se ressaltar que os problemas políticos-ideológicos estão permanentemente presentes nos processos de tomada de decisões e de formulações de planos e programas.

Durante toda a pesquisa procuramos salientar dois aspectos fundamentais: primeiro, que o espaço não está isolado e, nos processos em tramitação, o local, o regional, o estadual, o Federal e o universal estão sempre presentes e se auto-influenciando; segundo, há sempre uma integração entre passado, presente e futuro, já que, no presente, se convive com instituições e formas de produção pretéritas, em decadência e com as sementes que indicam, como alternativa, a direção do futuro.

É de justiça salientar que durante a elaboração, do trabalho contamos com a colaboração permanente de Maria de Lourdes Correia de Andrade, que nos acompanhou com a revisão estilística. Também participaram da pesquisa de campo os colegas Wilson Fernandes, Arthemis Correia de Andrade Fernandes e Walter Jorge Correia Bradley, discutindo observações e colaborando em entrevistas. Os agradecimentos também incluem a universitária Salete Costa que datilografou o trabalho com cuidado e dedicação.

A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE SAL MARINHO E O PESO DO NORDESTE

O sal é um dos produtos, minerais mais utilizados pelo homem desde a mais remota antiguidade, graças às suas múltiplas utilizações, e cuja produção a cada dia se torna mais importante. O Brasil, com uma população de mais de cento e cinquenta milhões de habitantes, e com um dos maiores rebanhos bovinos do mundo, é um grande produtor e consumidor de sal.

Sua importância no consumo humano é muito expressiva, de vez que é indispensável, no uso doméstico e também na preparação de produtos em conserva, como o charque, na indústria de salsicharia, do toucinho, de laticínios e peixes salgados.

Com o desenvolvimento da indústria química, o sal passou a ter a sua demanda em crescimento, sendo utilizado largamente para a produção de álcalis sódicos, como a soda cáustica, ou hidróxido de sódio, e a barrilha ou carbonato neutro de sódio. Com o desenvolvimento da indústria de plásticos, com a utilização de produtos petroquímicos, vem

aumentando o seu uso no cloro. Assim, tornam elementos os produtos obtidos do sal, como o sódio e o cloro¹.

O sal, em escala mundial, é obtido de fontes as mais diversas, e dessas a mais importante é a água do mar – fato que nos levou a estudar sobretudo a produção de sal marinho no Nordeste do Brasil –, seguindo-se as salmouras naturais, as minas de salgema e os lagos salgados. A maior parte da produção brasileira é oriunda da água do mar – 4.170.000 t em 1990 contra 547.916 t da produção oriunda do salgema de Alagoas, Sergipe e Bahia. Convém salientar, porém, que grande parte do sal consumido pela pecuária provém diretamente do solo, uma vez que existe uma alta salinidade em áreas nordestinas ao oeste da chapada Diamantina, no trecho drenado pelo rio Salgado, afluente do São Francisco. Foi a presença deste sal em depósitos naturais superficiais, que possibilitou o sucesso da pecuária extensiva em campo aberto nos sertões do Nordeste, desde o período colonial. Na época de maior dificuldade de transportes, desenvolveu-se no sub-médio São Francisco o uso de processos rudimentares de obtenção de sal retirado da água do rio², para uso local.

A exploração do salgema existente no Nordeste vem sendo feita por grandes empresas industriais que o retiram do subsolo, a grandes profundidades; em Maceió, a exploração das jazidas, a 600 metros de profundidade, vêm causando grande impacto urbano e ecológico, sobretudo no bairro de bebedouro³. Em Sergipe, a ocorrência de salgema na Cotinguiba se dá a cerca de 1.000 metros de profundidade, enquanto uma outra, rica em sais sódicos e potássios, se acha na região petrolífera de Carmópolis entre os 350 e os 600 metros de profundidade. Esta foi explorada por subsidiária da PETROBRAS até a implantação da política de privatização.

Como o interesse desta pesquisa se limita ao sal marinho, chama-se a atenção para o fato de que, em média, a água do mar contém cerca de 35 gramas de sal por litro, variando, naturalmente, de um ponto para outro da superfície oceânica de acordo com as condições climáticas e com a localização geográfica. Nos mares situados em áreas de clima quente e seco, a salinidade se eleva a mais de 35 gramas, como no mar Vermelho, onde atinge 40 gramas, enquanto em mares situados em climas frios, que têm o débito dos rios que nele desembocam aumentando na primavera e no verão, por ocasião do degelo, ela cai até 4 gramas, como ocorre no mar Báltico. Na costa atlântica brasileira ela se mantém em torno, aproximadamente, de 35 gramas, em média.

O sal marinho não é uniforme, ele apresenta uma série de sais que se distribuem, da seguinte forma:

¹ SOSAL – O Sal no Contexto econômico Nacional. Coleção Mossoroense, Série B, nº664. Mossoró, 1989.

² ANDRADE, Manuel Correia de – A terra e o homem no Nordeste 5ª edição, pag. 162/181. São Paulo, Atlas, 1986.

³ LIMA, Maria Lúcia Cunha Alves de – Industrialização do Espaço Urbano: o caso de Maceió. Dissertação de Mestrado. Recife. UFRPE, 1982.

Tabela n° 1: Composição do Sal Marinho

Sais	Fórmulas	Quantidade em 35 gramas
Cloreto de sódio	NaCl	27,2
Cloreto de magnésio	MgCl ¹	3,8
Sulfato de magnésio	MgSO ⁴	1,6
Sulfato de cálcio	CaSO ⁴	1,3
Sulfato de potássio	K ² SO ⁴	0,9
Carbonato de cálcio	CaCO ²	0,2

A produção brasileira de sal marinho é expressiva, mas, em função do grande consumo, ela é insuficiente às necessidades ideais tanto para o homem como para os animais. Não se pode deixar de lembrar que o brasileiro é um povo subalimentado e com deficiência de substâncias básicas e que o seu rebanho não apresenta uma produtividade a nível dos grandes países pecuaristas. Entretanto, observa-se que a produção está em crescimento, embora apresente, em alguns anos, pequenas quedas. Tomando-se por base um período de trinta anos, de 1960 a 1990, o crescimento tem sido bastante expressivo, como se pode ver na tabela n°2.

Tabela n°2: Crescimento da Produção brasileira de Sal Marinho — 1960/90*

Ano	Produção (t)
1960	922.914
1970	1.826.1172
1980	3.136.066
1990	4170.000

*Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, anos de 1962, 1972, 1982 e 1992

A tabela comprova que a produção praticamente duplicou no decênio 1960/70, que coincide com o período em que foi desenvolvida a mecanização das salinas no Nordeste; o crescimento foi de cerca de 41,8% no decênio seguinte, caindo para cerca de 33,0% no último decênio. A queda dos percentuais não indica uma perda de importância no crescimento da produção, de vez que é mais fácil duplicar uma pequena produção do que uma produção elevada e que já teve um forte crescimento recente; o ritmo de crescimento pode ter sido provocado pela demora na modernização das estruturas básicas indispensáveis à distribuição do produto no mercado consumidor, levando-se em conta a distância entre a área produtora e a principal consumidora, à precariedade do serviço de transportes e à demora na construção de um porto moderno; o porto-ilha de Areia Branca, que tornou mais rápido o transporte do produto, barateando os custos do mesmo, só começou a funcionar em setembro de 1974.

É muito importante que se analise a distribuição geográfica da produção do sal marinho pelos vários estados e regiões do Brasil, como se pode observar na tabela n°3.

Tabela nº 3: Distribuição Geográfica da Produção do Sal Marinho*

Estados	Produção (t)			
	1960	1970	1980	1990
Pará	30	-	-	-
Maranhão	35.347	11 14.874	76.629	100.000
Piauí	14.584	46.194	34.627	30.000
Ceará	148.611	270.486	97.718	160.000
Rio G. do Norte	584.131	1.095.313	2.546.963	3.650.000
Paraíba	600	-	-	-
Pernambuco	1.175	1.804	23	-
Alagoas	54	157	-	-
Sergipe	27.612	10.286	4.686	30.000
Bahia	1.063	1.828	-	-
Rio de Janeiro	109.707	285.230	375.240	200.000

Através desta tabela constata-se que houve, no passado, maior difusão da produção de sal pelo território nacional, mas os estados pequenos produtores e com produção feita por unidades de pequeno porte foram decaindo e deixando de produzir. Assim, a produção foi desaparecendo, sucessivamente, no Pará, na Paraíba, em Pernambuco, em Alagoas e na Bahia, mesmo havendo condições de produção, de vez que esta era feita desde o período colonial. É que os pequenos produtores não dispuseram de capital para se modernizar, ou as condições de produção não estimularam a implantação de indústrias de maior expressão, ou ainda, não tiveram poder de pressão sobre os setores governamentais para forçar a implantação de estruturas condignas com o desenvolvimento da indústria moderna.

Dos estados produtores, o Rio Grande do Norte se apresenta como o principal, com produção sempre superior a 50% da nacional, tendo este percentual se elevado a 63,29% em 1960, a 59,97% em 1970, a 81,21% em 1980, atingido os 87,52% em 1990. O segundo colocado, o Rio de Janeiro, que não se encontra na área de interesse das nossas pesquisas, apresenta porcentagens mais modestas e declinantes; em 1960 alcançou os 11,88%, subindo para 15,61% em 1970, caindo novamente para 11,96 em 1980 para cair consideravelmente para 4,79% em 1990, ano em que a sua produção foi pouco superior à do terceiro colocado, o Ceará.

A análise da tabela mostra que os grandes produtores de sal estão localizados no Nordeste – Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Piauí e Sergipe – e apenas o Rio de Janeiro, situado no Sudeste, apresenta produção expressiva, ficando em segundo lugar. O Nordeste produz cerca de 92,5% da produção brasileira de sal marinho, e o Rio de Janeiro, cuja produção vem decaindo, se mantém como grande produtor apenas por se encontrar próximo ao mercado consumidor e por receber mais incentivos e apoio do Governo Federal.

A fig. nº 1, mostra que a maior parte do litoral brasileiro é suscetível à produção de sal marinho, desde que o mercado e a disponibilidade de capital e de tecnologia permitam o seu desenvolvimento. Ocorre, porém, que o Nordeste, situado a baixa latitude – menos de 10° –, tem uma grande insolação, de longos períodos anuais de estio, como se pode ver no capítulo II, e de uma área de clima semi-árido que chega até ao litoral. A figura nº 2, em que é representado o Polígono das secas, mostra que ele se estende até o litoral do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Piauí, contribuindo para o alto teor de salinidade da água marinha e para a produção natural do sal nas costas baixas e nos estuários que são afogados durante as marés altas e as cheias dos rios. A pequena produção piauiense, em comparação com a dos demais produtores nordestinos,

é facilmente explicável devido à pequena extensão da costa piauiense, se comparada com a dos demais estados.

As áreas produtoras mais importantes se localizam no Rio Grande do Norte, sobretudo nas várzeas dos rios Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró, no Ceará nas várzeas do Jaguaribe e do Acaraú e rio Piauí nas proximidades da foz do Parnaíba. No Maranhão o sal é produzido em várzeas situadas em vários pontos do litoral, sobretudo em sua porção oriental onde, no interior, encontram-se verdadeiras áreas desérticas, com grande cobertura de dunas e chamadas de Lenções Maranhenses.

As antigas salinas de Canguaretama, de Itamaracá, do Sereji e de outros rios menores que tiveram alguma expressão e marcaram a paisagem durante a primeira metade do século XX, hoje estão desaparecidas, abandonadas ou ocupam áreas muito restritas que caminham para a estagnação.



Figura 1: Zonas de produção do sal. **Fonte:** Antônio Florêncio de QUEIROZ. Sal: produção - transporte - aplicação. Natal, Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte. Anexo IV.

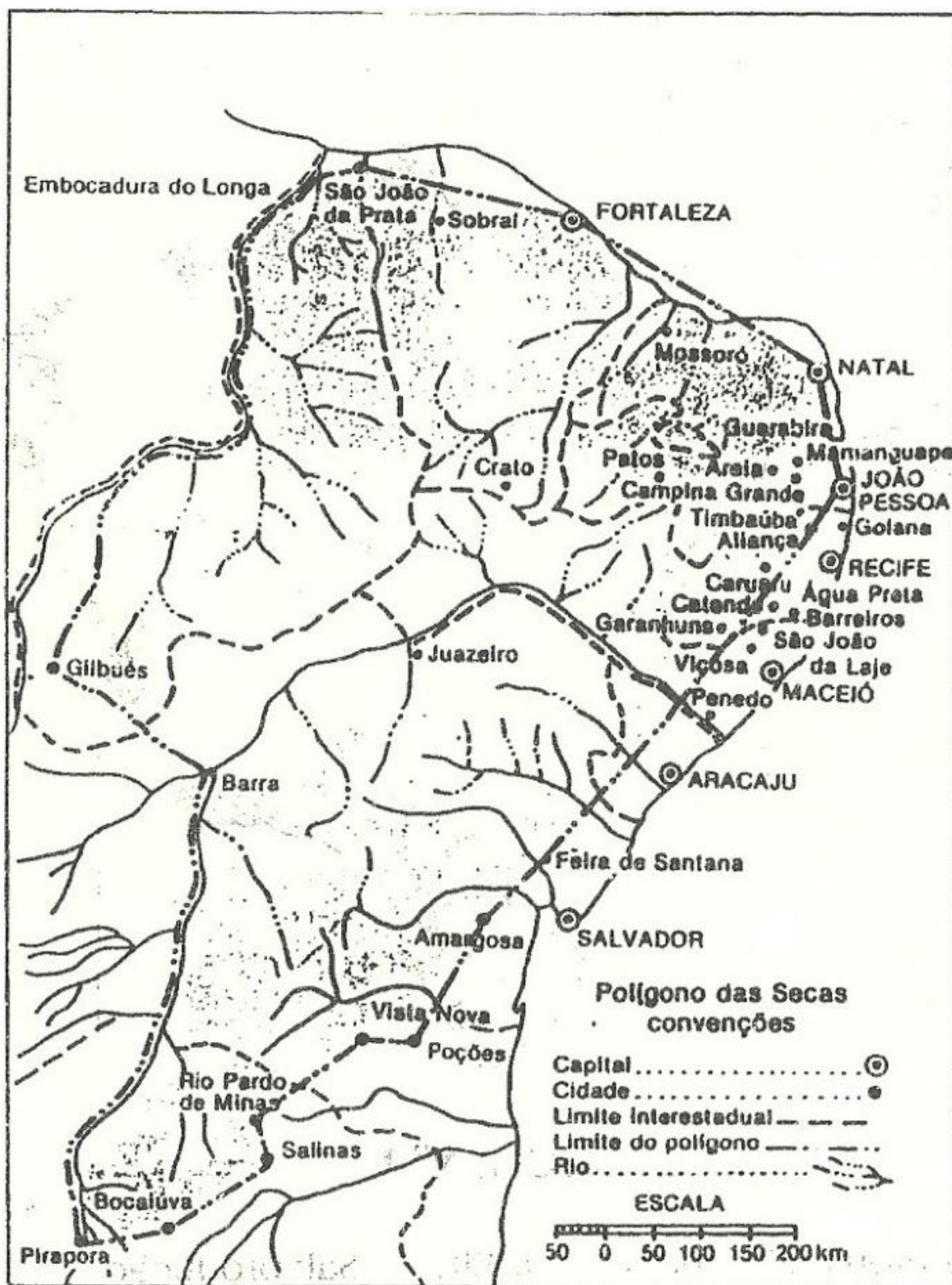


Figura 2: Polígono das Secas

O QUADRO NATURAL

A maior porção de produção brasileira de sal marinho é oriunda do litoral nordestino, em uma faixa que se estende desde o Rio Grande do Norte até o Maranhão, apesar desta área se localizar a grande distância do mercado consumidor mais importante do país, o que provoca, naturalmente, a elevação do preço do produto; mas, na outra área favorável, situada no Sudeste, Araruama e Cabo Frio, no Rio de Janeiro, não há condições de uma competitividade expressiva, face à desvantagem das condições naturais.

As grandes vantagens do litoral nordestino são de ordem morfológica, climática e de localização geográfica; são vantagens que se integram. No litoral do Nordeste, as marés oceânicas têm grande amplitude – superiores a 3 metros permitindo a existência de uma larga faixa que fica coberta pelo mar durante a maré alta e descoberta na maré baixa. Nesta área, apesar da superfície de tabuleiros se aproximar bastante da costa, ocorrendo até falésias, existem largas embocaduras de rios o Piranhas-Açu, o Apodi-Mossoró, o Jaguaribe, o Acaraú, etc. – com vários quilômetros de largura por onde a água do mar penetra na maré alta e, ao se retirar, deixa nas depressões existentes no meio das várzeas, poças d'água, lagoas e canais onde ela se acumula, ficando exposta à evaporação, devido à intensidade dos ventos e à elevada temperatura.

A estas condições, juntam-se condições climáticas mais rigorosas, típicas do clima BSh de Köppen, classificado por Edmon Nimer⁴ como semi-árido com uma longa estação-seca, de 7 a 10 meses, temperaturas elevadas durante o ano, sempre superiores a 20° C, ultrapassando os 30° C no verão, baixa taxa pluviométrica, sempre inferior a 600mm por ano, e concentração das chuvas em um período de dois a três meses, entre fevereiro e abril (fig. n° 3), além da influência dos ventos de SE, no início das estação seca (fig. n° 4); ventos alíseos que se formam no Atlântico Sul, a SE, e se dirigem para o NW, atravessando a faixa próxima ao litoral na porção oriental do Nordeste⁵. Eles só têm sua influência diminuída quando a massa de ar intertropical se desloca para o sul e ocupa os espaços situados no litoral brasileiro⁶.

Na elaboração do relevo litorâneo onde os tabuleiros, formados pelas barreiras, se estendem em linha, paralela ao litoral, as ondas vêm quebrar aos seus pés, como ocorre em Tibau, RN; aí, uma grande quantidade de Sedimentos se desagrega pela ação marinha e fica a mercê dos ventos que o transporta paralelamente à costa, com alguma penetração para o interior, formando dunas cuja altura alcança muitas vezes mais de 20 metros. Essas dunas caminham de acordo com a direção dos ventos, cobrindo e destruindo plantações, deixando à retaguarda, na faixa sublitorânea em várzeas baixas, inundadas durante as cheias. Em certas áreas as dunas ocupam dimensões muito expressivas, como nos chamados Lenções Maranhenses onde se observa até um domínio da drenagem endorreica. É famoso o rio Preguiça que não corre para o seu ponto de escoamento durante grade parte do ano, daí o seu nome.

⁴ Climatologia do Brasil; pags. 315/361. Rio de Janeiro. SUPREN, 1979.

⁵ AGUIAR, Francisco Gonçalves de. – A Margem da Meteorologia do Nordeste. Coleção Mossoroense, Série B, n° 487.

⁶ ANDRADE, Gilberto Osório de – Brasil: a Terra e o Homem, Vol. I. As Bases Físicas, pags. 397/457. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1964.

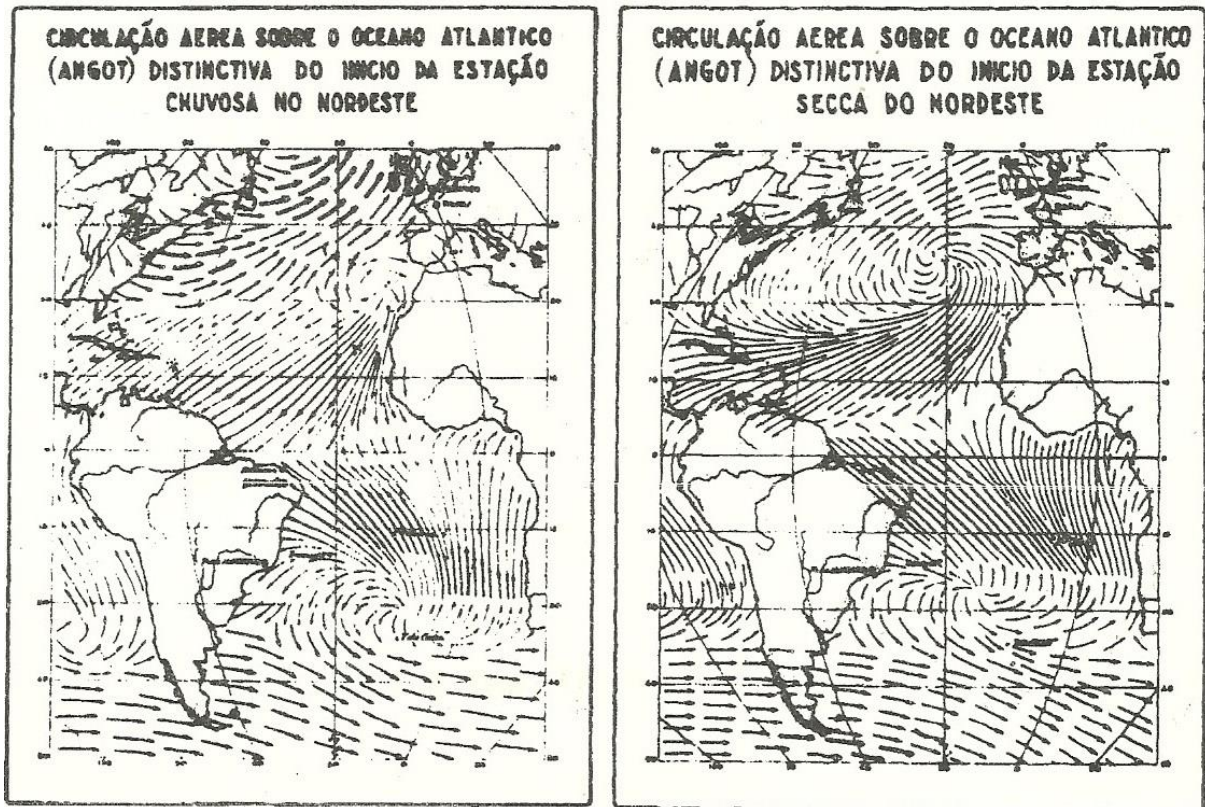


Figura 3: Circulação aérea. Fonte: B. Téc. DNOCS, 38 (2): 131-154, jul./dez. 1980.

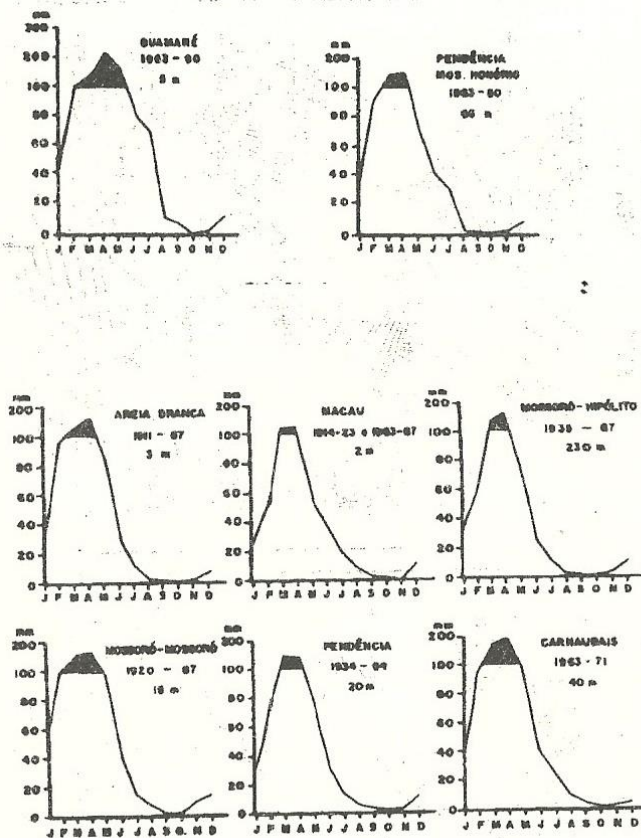


Figura 4: Precipitação

Alternando-se com as áreas de dunas, encontram-se as já mencionadas várzeas dos rios, formando grandes planícies de solos salinos e quase sem vegetação. Só as espécies mais adaptadas à aridez do ar e à salinidade do solo, conseguem sobreviver. Daí a população considerar as várzeas como “desertos salinos”. Nessas áreas, antes da colonização, o sal era produzido de forma natural, sem intervenção do homem; no período seco, durante as grandes marés, as águas do mar invadiam as áreas de várzea e ao se retirar, na baixa-mar, deixavam os solos impregnados de sal que se depositava nas baixadas e depressões existentes. Essas depressões formavam lagoas de água salgada, que, com a evaporação, passavam a ter a sua superfície recoberta por uma camada de sal. Ao encontrar essas salinas naturais, os colonizadores portugueses, quer conhecessem a produção de sal na Europa – Portugal era grande produtor e exportador de sal –, se estasiaram e passaram a explorá-las.

As várzeas são planícies que se formaram no período holocênico, dos fins da Era Quaternária, em função da última transgressão marinha, quando o nível do mar era inferior ao atual e os rios escavaram vales profundos. Com a transgressão quaternária, a elevação do nível do mar provocou a invasão dos vales fluviais, provocando a deposição de sedimentos fluviais e marítimos. O entulhamento dos vales deu origem às várzeas, que passaram a ser invadidas apenas durante as grandes marés, dando margem à produção do sal, e ao surgimento das salinas.

Ocorre, porém, que se as condições naturais do nordeste facilitaram e abriram caminho para a vocação regional de produzir sal, a posição geográfica em relação ao mercado consumidor era desfavorável devido a distância do sudeste; o país não dispunha de uma expressiva rede ferroviária e só recentemente passou a ter uma rede rodoviária expressiva, além da dificuldade de se poder construir um porto de grande capacidade de embarque devido ao fato de se encontrar a região salineira em uma área de costa baixa, de mar pouco profundo e onde, mesmo na superfície submarina, ocorre uma grande movimentação de areia que rapidamente provoca atorro de canais e dificulta a chegada aos portos litorâneos de embarcações até de porte modesto (10.000 t.). Daí, durante anos, os navios que transportavam o sal para o sudeste ou para o exterior tinham que ancorar à grande distância da costa e ser abastecidos por pequenas embarcações, de forma manual e com grande lentidão, o que encarecia o preço do produto.

A PRODUÇÃO DE SAL NO PERÍODO COLONIAL.

Ao se estabelecerem no Brasil, os primeiros colonizadores não tinham conhecimento de que havia produção de sal no país, tendo que importá-lo de Portugal, como a maioria dos produtos que necessitavam para o próprio consumo. Ao explorarem a terra, escolheram como produto de exportação, entre outros, o couro, de vez que faziam grandes caçadas aos animais silvestres não só para se alimentarem como para obterem aquele produto, de grande valor no mercado europeu. Para o curtimento do couro, assim como para a salga da carne e do peixe, produtos de consumo e de comércio entre as nascentes povoações, os portugueses implantaram pequenas salinas em pontos da costa que se prestavam à construção das mesmas. Estas salinas foram primeiramente, instaladas na foz de rios que desembocavam no Atlântico, formando enseadas abrigadas. Logo se tornaram conhecidas as de Cunhaú no Rio Grande do Norte, de Itamaracá em Pernambuco e de Serigi em Sergipe. A expressão econômica das mesmas, porém, era apenas local.

O descobrimento de grandes salinas naturais na costa setentrional, no Rio Grande do Norte e no Ceará, só ocorreria na segunda metade do século XVI, quando os portugueses

expandiram o povoamento em direção ao Maranhão, lutando contra os franceses. Gabriel Soares de Souza, ao descrever a costa brasileira, salientava que no Rio Grande havia “muito sal feito”⁷ e que na costa havia abundância de peixes e peixe boi que eram muito pescados e caçados pelos indígenas tapuias e potiguares. Certamente, havendo sal e abundância de pescado os indígenas já utilizavam na conservação de seus alimentos, embora de forma bastante primitiva.

Que a produção de sal marinho era feita nas ribeiras dos rios Mossoró e Açu desde o primeiro século de colonização não há dúvidas; ao escrever a sua História do Brasil, Frei Vicente do Salvador dizia que próximo, ao forte, do Rio Grande havia grandes salinas onde se coalhava o sal em quantidade suficiente para carregar grandes embarcações, que os transportavam para os mercados consumidores da colônia⁸. Verdonck, alguns anos depois, ao fazer o seu relatório para os novos dominadores do Nordeste, os holandeses, foi ainda mais explícito, e informou que o Capitão-Mor do Rio Grande mandava uma ou duas barcas de 40 a 50 toneladas ao lugar de produção, distante 60 milhas do dito forte para adquiri-lo e que o sal “era mais forte do que o espanhol e mais branco do que a neve”⁹.

Numerosas são as fontes que indicam a existência de sal na região e a sua exploração; sabe-se que em 1607, ao irem para o Ceará a fim de iniciar o trabalho de catequese e afastar os entrelopos franceses, os jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira tomaram no Recife, um barco que ia a Mossoró para trazer sal¹⁰. Também há referências à existência, nas ribeiras salinas, de pescadores que produziam peixe salgado para venda no mercado regional, em formação.

Não sendo produtores de sal como os portugueses e espanhóis, é natural que os holandeses tomassem grande interesse pelo produto e procurassem desenvolver a sua exploração. Daí a idéia generalizada de terem sido eles, ou melhor, Gedeon Moris de Jonge, que descobriram as planícies alvas de sal do vale de Mossoró. O irrequieto navegador e aventureiro holandês, que esteve por algum tempo encarregado do Governo do Ceará, esteve sempre preocupado em empreendimentos que trouxessem recursos e lucros à Companhia das Índias Ocidentais a que servia. Muito realizou, mas, segundo Câmara Cascudo, muitas lendas surgiram a respeito de sua atuação. Não resta dúvidas, porém, que ele penetrou no hoje denominado rio Mossoró, a que chamou de Ivipanin, e esteve nas grandes salinas que se encontravam no interior, a alguns quilômetros da costa, planejando explorá-la¹¹ com a ajuda dos indígenas. Os indígenas tapuias não eram fáceis de lidar, sobretudo sabendo-se que a sua cultura e os seus interesses eram bem diversos da dos europeus, criando problemas de difícil solução.

Ainda se sabe que Gedeon Morris de Jonge explorou a costa ocidental, do Ceará, havendo tomado, conhecimento de salinas naturais, utilizadas pelos indígenas, na costa de Camocim. O

⁷ Tratado descritivo do Brasil em 1587, pag. 16. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1938.

⁸ História do Brasil. São Paulo. Melhoramentos, 1931.

⁹ Documento publicado em MELLO, José Antônio Gonçalves de – Dois Relatos Holandeses, pag. 628. Recife: Revista do Arquivo Público Estadual, Ano IV, n° VI, 1949.

¹⁰ Carvalho Junior, José Victor, Felipe, José Alves Lacerda e Escóssia, Carlos Augusto Introdução a História do Sal, in Terra e Sal, Ano I, n° 2, pag. 11. Natal, 1982.

¹¹ Rosado, Vingt-un e América – Os Holandeses nas Salinas do rio Mossoró. Mossoró. Coleção Mossoroense, vol. CCCXXXIII, 1987.

aventureiro holandês faleceria em 1644, quando, com o regresso de Nassau, se iniciava a Insurreição Pernambucana, e desmoronava o domínio holandês no Nordeste.

Após a expulsão dos holandeses, os portugueses passaram a reorganizar a administração da colônia; no Rio Grande e no Ceará houve problemas com os indígenas que passaram a ser apropriados e dizimados, fazendo com que eles se revoltassem, dando origem a chamada Guerra dos Bárbaros. Na realidade, o choque entre os fazendeiros que recebiam sesmarias e expandiam seus rebanhos pelas ribeiras dos rios e povos caçadores que não reconheciam o direito de propriedade, era inevitável, e nessa luta os fazendeiros, com o apoio real e dispostos de melhores armas, trataram de aniquilar os indígenas. Para isto trouxeram até bandeirantes paulistas experimentados na luta contra os gentios.

Dominada a região, os sesmeiros se apossaram das terras produtoras de sal, e pouco a pouco foram compreendendo que poderiam auferir maiores lucros, vendendo o gado abatido, sob a forma de charque, do que vendendo o gado vivo, transportado a pé da região açucareira e para as cidades e vilas do interior. A possibilidade de desenvolver a indústria da carne seca, chamada de “carne do Ceará”, e do beneficiamento do couro dos bovinos e de pele dos caprinos e ovinos, valorizou a atividade de exploração das salinas.

A expansão da pecuária por terras do Ceará e do Piauí, mais distantes de Pernambuco e da Bahia, os grandes centros consumidores, levou os fazendeiros do início do século XVIII a desenvolverem a indústria da carne seca, deixando de vender o gado vivo, para fazê-lo abatido. Para isto, fundaram “oficinas” rústicas em que o gado era, abatido, a carne salgada e o couro curtido, para a venda. A atividade tornou-se altamente rendosa porque o boi deixava de fazer grandes caminhadas perdendo peso e porque se podia fazer um maior aproveitamento do mesmo com a produção e comercialização de couros, sebo, chifres, etc. E o sal era abundante.

Admite-se que esta indústria tenha se iniciado no vale do Jaguaribe e tenha provocado a formação da povoação e depois vila de Aracati, que dispunha de porto fluvial a pouca distância do litoral, onde podiam entrar as sumacas que faziam a cabotagem. A indústria logo se expandiria por outras áreas de domínio da pecuária e como a produção se destinava à exportação, procuraram os fazendeiros localizar as oficinas nas proximidades dos portos que fizeram florescer povoações como Acaraú, Camocim e Granja no Ceará, Açu e Mossoró no Rio Grande do Norte, e nas margens do rio Paraíba. Como este rio era francamente navegado, não necessitavam os fazendeiros enviar as suas boiadas ao litoral, podendo abater os animais em pontos mais próximos às suas fazendas, em portos fluviais¹².

O crescimento da produção e do comércio trouxe problemas à região açucareira pernambucana que necessitava de animais de tração e de carne verde para alimentação da camada mais rica da população. Os governos de então, sempre ligados aos grupos dominantes, trataram de intervir, proibindo o funcionamento das “oficinas” no Rio Grande do Norte e na Paraíba, por se acharem estas capitânias mais próximas à região açucareira, podendo enviar o gado vivo, e permitindo que continuassem a funcionar as oficinas no Ceará e Piauí, localizadas a maior distância. A proibição, expedida em 1785, não foi rigorosamente respeitada, e

¹² GRÃO, Raimundo – História Econômica do Ceará, pags.139/165. Fortaleza. Instituto do Ceará, 1947.

fazendeiros das ribeiras do Açú e do Mossoró, continuaram a abater os seus animais e a exportar a carne pelo porto de Aracati, já que os do Rio Grande haviam sido interditados.

A indústria da charque, que enriqueceu o Ceará e o Piauí, seria abalada, nos fins do século XVIII, por dois fatos: a transferência do fazendeiro cearense José Pinto Martins para o Rio Grande do Sul, onde fundou a primeira charqueada gaúcha, em Pelotas (1777), passando a concorrer com a produção nordestina com um produto de melhor qualidade, e a grande seca de 1790/3 que praticamente dizimou o rebanho nordestino. Está claro que o desenvolvimento da industrialização da carne só foi possível devido à existência, na região, de uma indústria e produção do sal. E o desenvolvimento dessa atividade contribuiu para o desenvolvimento da outra, isto, apesar da proibição por parte do Governo português, de produção de sal no Brasil, desde 1631, quando Portugal estabeleceu o monopólio.

A política da metrópole portuguesa se orientava no sentido de retirar o máximo de recursos da colônia para beneficiar os negócios da Coroa e dos comerciantes reinóis. Desse modo, o Governo determinava a existência de monopólio de uma série de produtos, o que impedia que a colônia concorresse com a metrópole na produção e a forçasse a consumir o produto metropolitano. A área produtora em Portugal se estendia pela “ria” do Aveiro, Figueira e Setubal, cujos proprietários tinham grande influência no período seiscentista. O monopólio criou problemas com repercussões sérias entre a população em função da elevação do preço do produto, dando origem a motins como o chamado do Maneta¹³, na Bahia.

O estabelecimento do monopólio coincidiu com o crescimento da população e da produção – descoberta do ouro nas Gerais – provocando uma intensificação da demanda do produto. Os controladores do estanco, sempre preocupados com auferirem lucros maiores, provocavam a falta do sal e a elevação do preço, criando sérios problemas à economia colonial numa fase em que o sistema estava em crise¹⁴. Como a extensão territorial era muito grande, a demanda se acentuava e havia salinas naturais em certas áreas, tornou-se impossível ao Governo manter uma certa rigidez na aplicação do estanco, crescendo, apesar da proibição, uma pequena produção e um comércio a nível local. Sabe-se baseado em documentos oficiais que o sal produzido em Itamaracá era comercializado para as capitanias vizinha de Pernambuco e Paraíba, na segunda metade do Século XVIII.

Com a situação de expectativa em que se achava a metrópole portuguesa, nos fins do século XVIII, e a ameaça que pairava sobre o sistema colonial, o Príncipe Regente D. João VI, já em 1801, aboliu o contrato do estanco do sal, tornando livre o comércio do produto. Esta medida seria altamente benéfica à região salineira, embora seus efeitos demorassem a ser sentidos, em vista do processo primitivo de exploração que teve que ser retomado com quase cem anos de atraso. A medida real visava, então, desenvolver alternativas econômicas na colônia que já se tornava mais importante, sob certos aspectos, que o território metropolitano, e que poderia aspirar à independência.

Certamente ele já pensava, em 1801, ano em que Napoleão decretou o Bloqueio Continental, na situação em que se achava frente às repercussões da Revolução Francesa que

¹³ DUARTE, Deoclécio – O Sal na Economia do Brasil, 2a. ed., pags 5 a 30. Rio de Janeiro. Alba, 1942.

¹⁴ SOUZA Márcia Maria Lemos de – A Política Econômica Salineira e o Rio Grande do Norte, pags. 43/44. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PUC, 1988.

abalava as velhas monarquias absolutas da Europa pode ser admitido que fosse uma indicação no sentido de medidas mais liberais que se seguiram, como a abertura dos portos às nações amigas (1808) e a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves (1815).

O SAL NOS PERÍODOS IMPERIAL E REPUBLICANO

A extinção do monopólio do sal, no início do século XIX, não teria repercussões marcantes sobre o desenvolvimento da indústria salineira, em vista da pequena demanda do produto na região nordestina e da desorganização do comércio, europeu, controlado pela Inglaterra durante as guerras napoleônicas. A transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, fugindo à invasão de Portugal pelos franceses, aumentou de forma pouco expressiva a demanda do produto que, em grande parte, era importado, deixando que, a produção nordestina continuasse a ser consumida no próprio Nordeste, havendo pequenas áreas produtoras em cada província que atendiam à demanda das mesmas. O Ceará, hoje o terceiro produtor nacional de sal, já nos fins do século XIX, tentou expandir o seu território até Grossos, a fim de obter uma maior produção de sal para atender à sua produção de carne “do Ceará”, o charque.

Ao ser proclamada a independência, o Brasil possuía pouco mais de quatro milhões de habitantes que se dispersavam por um território imenso, formando núcleos isolados; daí o uso generalizado da produção de sal local, tirado das águas de rios salobros e até do São Francisco¹⁵, de lagoas ou do próprio solo onde havia eflorescência salina. O gado, sobretudo, não recebia ração de sal, sofrendo de carências alimentares deste elemento ou recebendo-o através da alimentação com pastos que vicejavam em áreas ricas em sal.

Foi muito lenta a repercussão da abolição do estanco do sal sobre a produção; o produto continuava sendo frequentemente extraído das crostas de sal surgidas, naturalmente, no próprio solo ou em lagoas temporárias. Segundo depoimentos de viajantes, cientistas e comerciantes estrangeiros que percorreram o país na primeira metade do século XIX, as crostas eram quebradas, retiradas do solo, trituradas e vendidas a comerciantes que as transportavam aos locais de consumo.

O crescimento da demanda do sal provocaria a construção de salinas por parte de proprietários e de comerciantes, mas mesmo assim, durante o período imperial, a produção nacional foi insuficiente para o consumo. Geralmente o sal consumido em casas de classe média e alta é o utilizado pela indústria de conservação de alimentos – charque, sobretudo, – era, importado da Espanha, o chamado sal de Cadiz, que os importadores e industriais consideravam de muito melhor qualidade que o nacional.

A formação de salinas se seguiu ao crescimento da demanda do produto, quando os empresários passaram a construir tanques que separavam áreas a serem utilizadas para a

¹⁵ ANDRADE, Manoel Correia de – A Terra e Homem no Nordeste, pag. 155, 5ª edição. São Paulo. Atlas, 1986.

produção do sal, nas áreas de maré, abrindo comportas durante a maré alta, quando os tanques eram invadidos, e fechando-as para que as águas não escoassem quando a Maré baixasse. Em seguida, passaram a dinamizar o processo, introduzindo cata-ventos que elevavam a água da superfície estuarina para os “cercos”, evitando a presença da maré e limitando e controlando a água que pretendia utilizar na sua produção. Nos primeiros anos do período imperial, não foram empresas com capitais ponderáveis que participaram da produção de sal, e sim pequenos e médios produtores que produziam em pequena escala para colocá-lo no mercado. As áreas em que esta atividade foi se desenvolvendo com alguma expressão foram o Rio de Janeiro – região de Cabo Frio e Araruama próximas ao mercado consumidor carioca, e a do Rio Grande do Norte e Ceará, que nas primeiras décadas do século XX, tiveram o sal como o seu segundo produto de exportação, superado apenas pelo algodão.

A República trouxe maior dinamização à economia não só devido à mudanças de orientação da mesma, como à liberação de recursos antes aplicados na aquisição de escravos. A política de Rui Barbosa¹⁶ como ministro da fazenda do primeiro governo republicano, foi altamente positiva, procurando sempre dinamizar a industrialização brasileira. De resto, o próprio crescimento populacional estimulava o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo.

A produção nordestina de sal se concentrava como ainda hoje ocorre, principalmente no Rio Grande do Norte, levando as autoridades a compreenderem que sendo o sal destinado sobretudo à exportação para outras áreas do país, a sua produção iria crescer à proporção que se organizasse uma estrutura regular de transportes. O transporte, até então era feito por pequenas embarcações a vela dos portos de Camocim, Aracati, Areia Branca e Macau, para os portos de maior calado como Tutoia, Amarração, Fortaleza, Natal e Recife, daí se considerar que o sucesso do empreendimento salineiro estaria inteiramente na dependência da rede de transportes e se admitir a necessidade da entrada de companhias que unissem à produção o controle do seu transporte.

Já no fim da monarquia, em outubro de 1889, o Governo Ouro Preto, pelo Decreto nº10.413, fez uma concessão para exploração de salinas nas terras devolutas compreendidas entre os rios Mossoró e Açú, a Antonio Coelho Ribeiro Roma, que foi denominada de “Concessão Roma”¹⁷. Este grupo econômico organizou a Companhia Nacional de Salinas Mossoró Açú e passou a atuar na área, entrando em choque com produtores que exploravam salinas, como a Comercial Abe Stein & Companhia, sediada em New York, que alegava explorar as salinas Jurema e Upanema, em propriedades particulares, desde 1864.

Com a República o poder estadual se consolidou e passou a ter uma certa autonomia frente ao Governo Federal, fazendo com que se formassem oligarquias, que, sob o controle de chefes políticos formados no período imperial, controlavam as eleições estaduais, fazendo governadores, deputados e senadores. Essas oligarquias foram consolidadas com a chamada “política dos governadores” implantada no Governo de Campos Sales, através da qual os governadores se elegiam com apoio do Governo Federal e os presidentes de República se

¹⁶ BASTOS, Humberto — Rui Barbosa, Ministro da Independência Econômica do Brasil. Rio de Janeiro. Casa de Rui Barbosa, 1949. 17 SOUZA, Itamar de — O Sal Potiguar na República Velha (1889-1930), in Terra e Sal, Ano III, d 3, pag. 27. Natal. Imprensa Universitária, 1985.

¹⁷ SOUZA, Itamar de – O sal potiguar na República Velha (1889-1930), in Terra & Sal, Ano III, nº3, pag. 27. Natal. Imprensa Universitária, 1985.

elegiam com o apoio dos governadores. Havia, assim, uma estrutura de apoio recíproca e, através dela, os governadores tinham o controle dos representantes estaduais no Senado e na Câmara Federal. No Nordeste, foram dos Acioli no Ceará, que só foram desmontadas na presidência Hermes da Fonseca (1910-1914). No Rio Grande do Norte, a política era controlada pela família Albuquerque Maranhão, que dominou os Estado por mais de vinte anos.

Ao lado da ação política estava engajada, naturalmente, a exploração econômica das atividades mais importantes, como o algodão, o gado, produtos do Seridó, e o sal da região oeste. Caicó tornou-se o centro, uma espécie de capital regional do Seridó, e Mossoró, com maior população, grande atividade comercial e com indústrias expressivas, em termos estaduais, foi o centro da região oeste.

Os problemas provocados pela Companhia Nacional de Salinas Mossoró Açú e a reação de produtores locais, alguns com influência política no Estado, levaram o governador de então a fazer, a 13 de agosto de 1897, uma reunião em palácio entre as partes em litígio para realizar um contrato que atenuasse as demandas e reivindicações, de vez que, até então, a Companhia que controlava a exportação do sal, impunha preços para compra bem inferiores aos do mercado onde realizava a venda¹⁸ e -se beneficiava no pagamento de impostos.

A reação de numerosos produtores individuais e algumas empresas menores, levou o contrato a juízo por considerá-lo “inconstitucional, contrário à liberdade comercial e industrial. e atentatório ao direito de propriedade”¹⁹, atuando contra, a agora chamada, Empresa de Sal e Navegação que passava a controlar grande parte da produção e o comércio do sal. Muitos salineiros, desesperados com a situação de abandono em que se encontravam frente aos poderes públicos, passaram a outras atividades econômicas ou se transferiram para outros estados produtores de sal, sobretudo para o Ceará.

O governador Tavares de Lyra, procurando contornar a situação, estimulou a organização de um sindicato de Salineiros, nos termos da Lei nº234, de 6 de setembro de 1905. Ocorre que para a organização do sindicato era necessário que os seus associados dispusessem de uma frota de embarcações a vapor e a vela para o transporte do produto, o que eles, produtores locais, não possuíam, impossibilitando, no nascedouro, a efetivação do empreendimento. Em consequência, o governador abriu concorrência para a arrematação da cobrança do imposto sobre o sal e a mesma foi vencida pela Companhia de Comércio e Navegação, que consolidou o seu controle sobre a economia salineira potiguar.

Só em 1912, sete anos depois da promulgação da lei, é que foi organizado o Sindicato dos Salineiros do Rio Grande do Norte, que reunia tanto os produtores locais como a Companhia de Comércio e Navegação. Este falso sindicato conseguiu a manutenção do contrato que lhe dava o monopólio, prejudicando tanto interesses locais como de produtores do Sudeste do Brasil, o que deu origem à ação contra o mesmo da empresa salineira do Rio de Janeiro. Desse modo, o conflito deixava de ser estadual, local, e passava a ser nacional, envolvendo interessados com mais recursos, mais poder e com influência no governo central.

¹⁸ SOUZA, Itamar de – Obra citada, pag. 28.

¹⁹ SOUZA, Itamar de – Obra citada, pag. 28.

A família Maranhão, importante no Rio Grande do Norte desde a época da conquista (1589) até o período republicano, mantinha uma relação com a Companhia Comércio de Navegação, através da qual dava, à mesma, vantagens comerciais e recebia apoio financeiro e político, impossibilitando-a de romper laços que se tomavam cada vez mais prejudiciais ao Estado e aos produtores.

Os acontecimentos políticos nacionais e regionais levaram o governador, Des. Ferreira Chaves, ao assumir o Governo em janeiro de 1914, a anular o contrato do monopólio. Esta atitude provocaria grande demanda jurídica, mas a situação por ele criada não teve grandes alterações nos governos que se lhe seguiram.

Além da luta a nível estadual, travava-se, uma outra, a nível de mercado nacional, entre o produto nordestino e aquele importado de Cadiz, preferido pelos charqueadores gaúchos, levando os mesmos a exigir do Governo Federal a isenção total do imposto de importação do sal espanhol. Tal perspectiva seria fatal para a produção brasileira, e a bancada potiguar foi à luta, na qual se destacou o deputado Juvenal Lamartine, que considerava o sal como um dos principais produtos do seu Estado²⁰.

José Augusto Bezerra de Medeiros, uma das grandes figuras de político da Primeira República, ao ocupar o Governo do Rio Grande do Norte (1924/27), compreendeu que a solução para o problema do sal não era apenas política, mas também técnica, estimulando a firma Pereira Carneiro e Cia. Ltda a instalar uma usina, beneficiadora do sal, em Macau, para que o Estado pudesse concorrer no mercado nacional com um produto de melhor qualidade. Atraiu a empresa com a concessão de 50% de isenção de imposto do produto, que fosse exportado para o Norte do Brasil e com 20% do exportado para os portos situados ao Sul de Nata²¹.

O seu sucessor, Juvenal Lamartine, que seria deposto pela Revolução de 30, determinou a criação de uma Inspetoria Geral das Salinas do Rio Grande do Norte. Por intermédio de Raul Caldas, mandou fazer um levantamento das salinas do Estado, constatando a existência de 68 salinas, com 2.261 cristalizadores que ocupavam cerca de 4.873.621 metros quadrados. Apesar de todas estas providências, no momento em que ocorria a grande crise de 1929/30, com estrangulamento dos mercados nacionais, um dos grandes problemas enfrentados pela indústria salineira, do Rio Grande do Norte e da região nordestina foi o da falta de transportes as embarcações eram insuficientes, a ferrovia Mossoró-Souza ainda se encontrava em construção e não havia uma rede ferroviária expressiva, mas apenas caminhos carroçáveis. Daí, grande parte do sal produzido na região litorânea ser ainda transportado para o sertão, área consumidora, em lombo de burro.

A Revolução de 30, ao fazer desmoronar a velha República dos grandes proprietários e dos comerciantes-exportadores e importadores, procurou dar novos rumos à economia brasileira, tentando diminuir a força e a autonomia dos estados²². A ocasião era propícia em vista da desorganização econômica e da sucessão de falências provocadas pela grande crise cíclica do capitalismo. Para defender os produtos de exportação e conter o crescimento da

²⁰ O Rio Grande do Norte e seus Problemas Econômicos. Mossoró. Coleção Mossoroense Série B. n 577, 1989.

²¹ SOUZA, Itamar de – *Obra citada*, pag. 37.

²² ANDRADE, Manuel Correia de —'A Revolução de 30, Da Velha República ao Estado Novo. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1988.

produção, adequando-os ao consumo, foi criada uma série de institutos para os mais diversificados-produtos. Um deles foi o Instituto Nacional do Sal, pelo Decreto-Lei nº2.300, de 06 de julho de 1940, com jurisdição em todo o território nacional. Vivia-se então o período áureo do Estado Novo que dava ao então Presidente da República, Getúlio Vargas, verdadeiro poder absoluto. A média foi tomada face ao perigo de superprodução, com o fim de controlar o crescimento da produção, através do estabelecimento de cotas, como já se fizera com o açúcar e o café, e a sua distribuição geográfica entre os estados produtores. Ao estabelecer as cotas por estados, coube ao Rio Grande do Norte 60,55% da produção nacional, seguido do Rio de Janeiro com 14,36% e do Ceará com 12,34%. Os três principais produtores somavam 87,25% da produção nacional, ficando os demais-produtores com menos de 13,0%. Fora isto, estabeleceu ainda o período anual para a produção do sal²³.

O instituto atuou durante 27 anos no primeiro período até maio de 1927, com a denominação de Instituto Nacional do Sal quando, pela Lei nº3.137, passou a se denominar Instituto Brasileiro do Sal, quando o modelo intervencionista de Getúlio estava em pleno declínio, e, finalmente, em 28 de fevereiro de 1967, em pleno domínio do Governo militar, ser transformado, pelo Decreto nº46.002, em Comissão Executiva do Sal.

Convêm se salientar que, então, além do domínio de governos com orientação anti-intervencionista, defendida por Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões, e que procurava destruir as estruturas que dominavam no país, favorecendo sobretudo o capital estrangeiro e monopolista, havia na região salineira uma situação quase anárquica, de vez que o domínio do trabalho manual – poderemos chamá-lo de artesanal – estava, dando uma baixa produtividade e um elevado custo de produção, dificultando, a concorrência no próprio mercado nacional, com uma grita, sobretudo dos principais produtores, em favor do financiamento ao setor de mecanização e de beneficiamento do sal na própria região. Os elevados custos de produção também provocavam fortes atritos entre os proprietários e os trabalhadores, em vista dos baixos salários, levando os mesmos a greves frequentes. Diante desta situação caótica as alternativas eram contraditórias: ou a modernização pura e simples, e conservadora, que seria concentradora de rendas e excludente da maioria da população, ou uma reforma progressista que implantasse a modernização tecnológica e o desenvolvimento de cooperativas de trabalhadores que gerenciassem e se beneficiassem dos lucros das salinas. O Governo optou pela primeira alternativa e conduziu a região salineira à difícil situação em que ela se encontra.

A SALINA TRADICIONAL

Para podermos compreender os problemas do parque salineiro nordestino, torna-se necessário entender com ele se formou e como se organizou, tanto diante da intervenção governamental, como nas técnicas de produção e nas relações de trabalho que desenvolveu. Técnicas e relações que foram se modificando através dos tempos em consequência de desafios econômicos e sociais. É interessante analisarmos como as salinas se organizaram e funcionaram na primeira metade do século XX, e quais as transformações que ocorreram e ainda ocorrem na segunda metade deste século. Neste capítulo se procurará estudar o sistema de produção e as relações de trabalho por ele geradas.

²³ SOUZA, Márcia Maria Lemos – Política Econômica Salineira e o Rio Grande do Norte (1965/1974).

As salinas se apresentam ao observador como grandes superfícies planas, divididas em porções rebaixadas e que na época da produção ficam inundadas. As porções, quase sempre quadriculadas, são divididas por muros que formam quadros ora de maior e ora de menor dimensão. No período em estudo, estas salinas são artificiais, distinguindo-se pelo seu traçado quadricular, das primitivas salinas naturais, dominantes no período colonial, quando o homem não as produzia, apenas colhia o sal produzido pela natureza. Para construí-las, o proprietário da salina inicia, com a terraplanagem, a fim de eliminar os acidentes naturais; localizando-se na margem dos rios, próximas às foz, mas por trás da faixa das dunas, muitas vezes elas foram construídas em áreas primitivamente, ocupadas pelas mesmas. Conforme os recursos disponíveis, os construtores de salinas usam ora mão-de-obra de trabalhadores, ora máquinas. A primeira forma domina nas salinas de menor porte e a segunda nas salinas maiores e mais modernas.

O folclorista Marcel Jules Thiéblot, em livro substancial sobre o folclore do sal, apresenta um desenho que retrata bem o traçado das salinas nordestinas²⁴. Observando-se a fig. n°5, vê-se que a água do rio ou da maré é levada para grandes tanques, chamados de cercos, através de um canal que recebe a denominação local de “levada mãe”. Neste canal ela é levantada por cata-ventos ou motores a diesel ou elétricos, para os cercos, utilizando uma porta d'água. Os cercos, geralmente em número de três, se comunicam entre eles e a água vai passando de um para outro à proporção que se eleva o grau de salinização. Assim, ela entra no primeiro cerco com 4° Baumé e sai do terceiro com 6° Baumé. Em geral os cercos são muito amplos – cerca de 600 a 1,000m² – e têm profundidade de 80 cm a 1 metro.

Atingido os 6° Baumé, a água é elevada para um grupo de tanques de menor dimensão, chamados localmente de evaporadores ou chocadores, e que se sucedem em numerosos compartimentos ligados uns aos outros por passagens d'água. Os evaporadores têm dimensões modestas – cerca de 400 a 600m² – e uma profundidade bem inferior à dos cercos. Neles a salinização da água se eleva do 7° aos 23° Baumé, quando libera o sulfato de cálcio. Em seguida, a água é levada aos cristalizadores ou baldes onde é posta em um lençol estreito, devido à pouca profundidade dos tanques; com a aceleração da evaporação ela tende a se cristalizar, evoluindo dos 24° para os 28° Baumé. Nesta faixa de salinidade é que se dá a liberação do cloreto de sódio devendo cessar o processo de evaporação e se iniciar a colheita. Se a salinidade se eleva a mais de 28° Baumé a água passa a liberar o cloreto de potássio e torna prejudicial a produção do sal. Estando em ponto de se iniciar a colheita, a água que resta, a chamada água-mãe, é lançada em um canal, a escoadeira e volta ao rio ou à maré.

²⁴ Os Homens do Sal no Brasil, pag. 89. São Paulo. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1979.

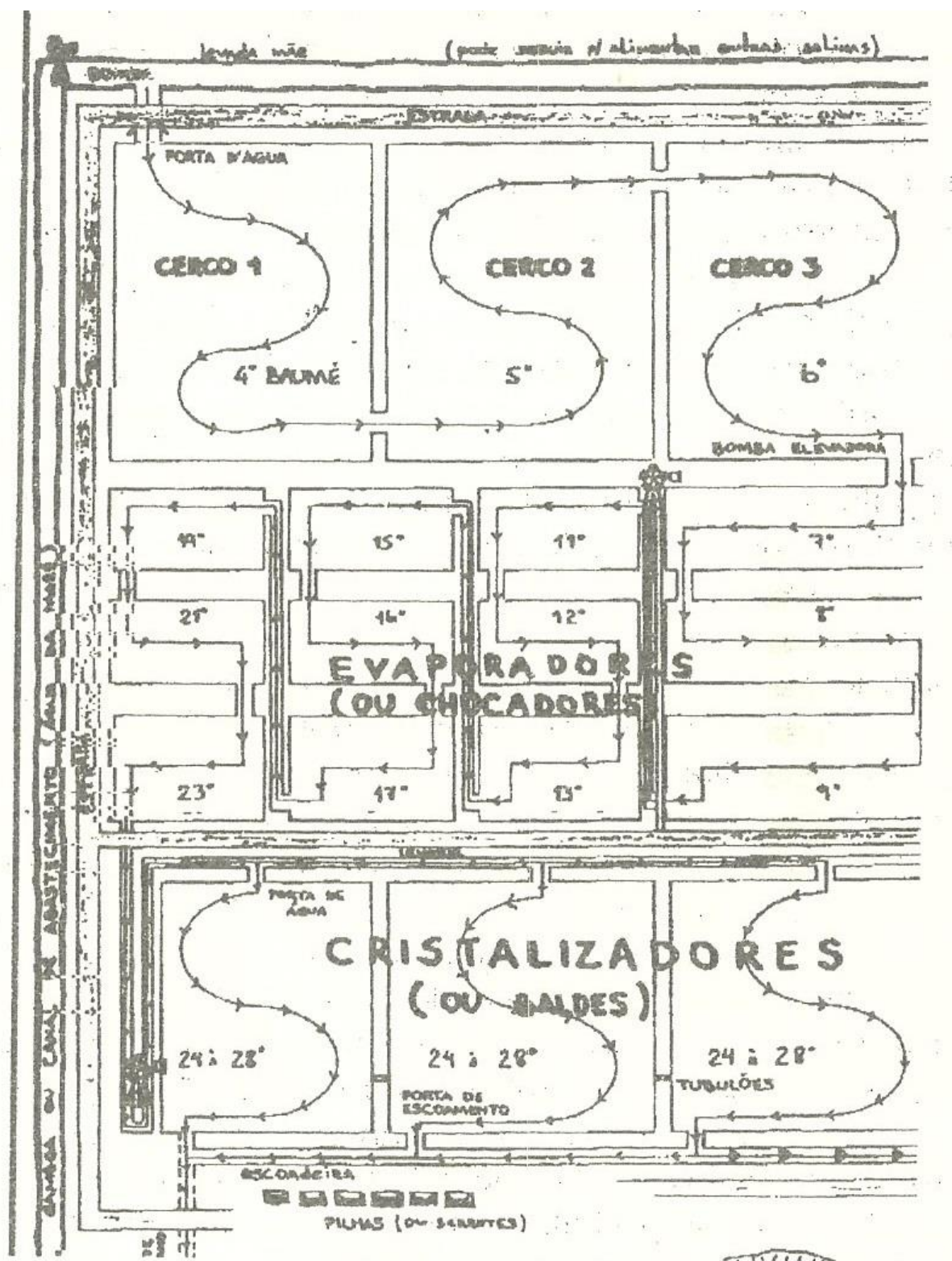


Figura 5: Salina manual. **Fonte:** THIÉBLOT, Marcel Jules. Os Homens do Sal no Brasil. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, Coleção Folclore, nº6, 1979, pag. 89.

Ao lado dos cristalizadores fica o chamado aterros, um muro de proteção muito largo que permite até o tráfego de automóveis, onde o sal retirado dos cristalizadores é colocado,

formando pirâmides; aí também se localizam o porto de embarque, os escritórios da empresa, o “rancho” que abriga os trabalhadores durante a safra e a cozinha.

O trabalho de produção se limita à estação seca, já que no período de chuva não há evaporação da água, e nem a chuva permitiria a formação das pilhas ou serrotes de sal colocadas no aterro, antes do aparecimento de uma crosta protetora. É nestas pilhas, e exposto às forças da natureza, que o sal sofre o processo de purificação. No período chuvoso as empresas de sal aproveitam para fazer a limpeza dos cristalizadores e o reparo dos paredões; mas o trabalho não pára, porque é neste período que é feita a moagem, o refino, o ensacamento e até o embarque do sal em pequenas e médias embarcações²⁵.

Concluído aí o processo de evaporação, começa a coleta propriamente dita do sal que, segundo Geraldo Magela Fernandes²⁶, compreende as seguintes fases: o afofamento ou batimento, a lavagem do sal, o transporte dos cristalizadores para o aterro das salinas.

No afofamento os operários entram nos cristalizadores onde se encontram as lâminas de sal e de forma manual, nas salinas tradicionais, passam a quebrar estas lâminas afim de que possam retirá-las para os aterros. Primitivamente, esta quebra da camada de sal, ou afofamento, era feito com uma alavanca que pesava de 3 a 5 kg e tinha um comprimento médio de 1 a 2 m; era um trabalho muito pesado para ser executado por um homem; sob uma temperatura de mais de 30° C, além de uma insolação excessiva. Fora isto, a luminosidade desprendida da camada de sal era profundamente ofensiva aos olhos, sendo frequente os trabalhadores cegarem após alguns anos de trabalho. O contato do corpo com o sal também tornava o trabalho muito insalubre, provocando erupções na pele, e, caso esta estivesse muito ferida, dificilmente sarava.

A partir dos fins da década de Trinta a alavanca foi substituída pelo ferro de cova, bem menos pesado, com cerca de 1 kg a 1,5 kg, e um cabo com cerca de um metro, embora alguns trabalhadores preferissem cabos de menor tamanho; o trabalho com o ferro de cova era menos pesado do que com a alavanca, mas provocava dores nas pernas e enfadava consideravelmente o trabalhador, sendo usado só até o início dos anos Cinquenta, passando a ser substituído pela chibanca. A chibanca tem a dimensão e o peso do ferro de cova, mas sua forma é diferente; sendo em forma de L, ela penetra na laje de sal impulsionando-a e quebrando-a. Como ela é de pequeno comprimento, o operário trabalha sempre curvado, provocando, em função da posição e da força empregada, problemas na coluna vertebral. Depois de alguns anos de trabalho ele se apresenta sempre encurvado²⁷

Em seguida vem a lavagem do sal no próprio cristalizador, usando-se como instrumentos de trabalho pás e enxadas; também é um trabalho penoso, por ser feito dentro da própria água com elevado teor de sal, sem uso de proteção para os pés e para as mãos, é feito sempre com o corpo curvado, pela necessidade de remoção do sal para baixo das pernas a fim de que ele seja atingido pela água e perca grande parte das impurezas.

O transporte do sal dos cristalizadores para os aterros era feito, inicialmente, em caixões de madeira, em seguida em cestos ligados a vara; modernamente o transporte é feito em

²⁵ THIÉBLLOT, Marcel Jules – Obra citada, pag. 92.

²⁶ FERNANDES, Geraldo Magela — Operários do Sal. Dois Séculos de Exploração, pag. 52. Dissertação de Mestrado. Fortaleza. UFCE, 1980.

²⁷ FERNANDES, Geraldo Magela Obra citada, págs. 58/60.

carrinhos de mão. Os caixões foram utilizados até os anos Trinta, no tempo das alavancas. Eram feito de pinho e os trabalhadores enchiam de sal usando para isso uma pá, inicialmente de madeira retirada do mangue e em seguida de ferro. Depois de cheios eles eram levantados, colocados ao ombro e lavados para o aterro onde o sal era lançado na pirâmide. Era um trabalho que trazia problemas para o ombro do trabalhador, que ficava cheio de calos. Em seguida, o caixão foi substituído pelo balaio pendurado, num pau e transportado por duas pessoas; o balaio tinha quase sempre capacidade para transportar, em cada viagem, do cristalizador para o aterro cerca de 60 kg e como o pau em que o balaio estava suspenso se apoiava no ombro dos dois transportadores, os problemas de calosidade eram os mesmos dos tempos dos caixões.

Como do cristalizador para o aterro ou deste para as barcaças, os trabalhadores passavam por pranchas suspensas sobre os canais, eram frequentes as quedas e acidentes de maior ou menor gravidade.

O carro de mão que substituiu o balaio, a partir de 1958, trouxe para as empresas grandes vantagens, de vez que ele tem maior capacidade de transporte, mas para os trabalhadores a situação não melhorou, pois provoca problemas de coluna²⁸, fazendo com que o seu período produtivo fique diminuído e que, com aposentadoria, a sua renda já ínfima no período de trabalho se torne ainda menor.

Concluído o processo de produção do sal e ficando este em condições de ser exportado; a sua maior porção era levada em barcaças e alvarengas até os navios que ancoravam distante da costa brasileira, porque, face às condições marinhas, nem Areia Branca, nem Macau, nem Aracati, possuíam portos organizados. Aliás, em toda a costa Setentrional do Nordeste, as correntes marinhas, influenciadas pelos ventos, transportam areia ao longo da praia, modificando constantemente os canais que os navios de maior porte poderiam utilizar. Ancorados a mais de 10 milhas da costa, os navios esperavam semanas para receber das barcaças e das embarcações menores o sal a ser embarcado. Isto encarecia consideravelmente o preço do produto, dificultando a sua concorrência no próprio mercado nacional. Este fato fortalecia a pressão de políticos do Sul e do Sudeste do país, em favor da importação de sal da Espanha e da sua isenção de impostos para a entrada no país, prejudicando a produção do sal nordestino.

Da mesma forma que havia choques de interesses entre os salineiros e os trabalhadores das salinas, havia também problemas dos produtores com os transportadores do sal, do porto para os navios; os trabalhadores, desde o século passado, reclamavam direitos que não lhes eram reconhecidos e faziam greves.

A primeira greve foi a dos portuários e teria ocorrido em 1898, em Areia Branca, quando já havia um forte movimento e numerosas barcas transportavam o sal para as embarcações de longo curso, sem que os salineiros atendessem às menores reclamações dos trabalhadores; criou-se um clima de tensão porque os Mestres de Arraias e os tripulantes não tinham condições de forçar a abertura de negociações. A esta altura, o Prático-mor da Barra, André Corsino de Medeiros, resolveu reunir os tripulantes em sua residência e deflagrar uma greve. As companhias embarcadoras reagiram ameaçando vir pessoal marítimo do porto de Macau para substituir os grevistas, mas André Medeiros, previamente, tornara uma precaução,

²⁸ FERNANDES, Geraldo Magela – Obra citada, pags. 62/4.

aconselhou os marinheiros a retirarem o leme das embarcações e os esconderem em lugar seguro. Ocorreu, porém, que os marinheiros de Macau, por uma questão de solidariedade, não obedeceram à convocação, forçando as empresas a atenderem às justas reivindicações dos trabalhadores²⁹. Vê-se, assim, que já no século passado se formara uma consciência, entre trabalhadores, da necessidade de união para enfrentar os proprietários dos meios de produção. Tradição que se consolidou até quase aos nossos dias, na região salineira.

Na realidade, na salina trabalhavam funcionários permanentes e assalariados, capatazes e apontadores, que tinham trabalho permanente, e uma grande quantidade de trabalhadores sazonais, agricultores da região sertaneja ou da própria área salineira que, no período chuvoso, viviam na área agrícola, e no estio da safra, migravam para as salinas, recebendo salário por tarefa. Como não dispusessem de casas na área, as salinas construía galpões onde eles permaneciam durante o período de trabalho; havia também barracões onde eram vendidos os alimentos mais necessários. Em cada galpão os salineiros contratavam um cozinheiro que preparava a alimentação.

Nos dias de folga eles iam às cidades próximas para casa de seus familiares, ou para hospedarias onde passavam o fim de semana bebendo, descansando, ou discutindo problemas pessoais e da classe. Quando adoeciam, e as doenças profissionais eram frequentes, passavam a viver com familiares mais jovens, fazendo pequenos serviços ou esmolando. Muitos afirmavam que eram livres, mas tinham vida de escravos.

Já no início deste século, os salineiros começaram a se organizar politicamente para reivindicar melhores condições de trabalho; reivindicações que não eram aceitas, pois os proprietários das salinas sabiam que dispunham de mão-de-obra abundante, além do aparelho de repressão. À proporção que os operários foram se organizando, a opressão foi sendo mais forte e a polícia e os proprietários, mais radicais, passaram a prender aqueles que se reuniam à noite, para traçar planos de reivindicações. A repressão era sempre violenta, sendo eles acusados, inicialmente, de anarquistas e, após a Revolução Russa, de comunistas.

Mossoró, principal cidade da área salineira, foi considerada nas décadas de Trinta e Quarenta uma cidade comunista, ou de influência comunista, passando a ser alvo fácil da repressão. Os problemas se acentuaram na década de Trinta, com o levante da Aliança Nacional Libertadora em Natal e a instalação de um primeiro governo popular socialista no Rio Grande do Norte (1935). Aliás, só em Natal os aliancistas conseguiram assumir o governo que perderam em poucas horas, mas no Recife e no Rio de Janeiro fracassaram completamente.

A luta operária continuou e os trabalhadores de sal conseguiram o reconhecimento do seu sindicato, em 1939³⁰, mas foi uma luta longa.

Em 1925, já se discutia a possibilidade de criação de um sindicato, mas só dez anos depois, em 1935, foi eleita a primeira diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Sal, sendo reconhecida quatro anos depois. Sua organização se enquadrava às

²⁹ MEDEIROS, Luiz. Fausto de – Minhas Memórias de Areia Branca, pags.61/62. Mossoró. Coleção Mossoroense. Série C - LXV1, 1978.

³⁰ TH1ÉBLOT, Marcel Jules Obra citada, pag. 103.

normas estabelecidas pelo Governo Vargas, dentro de um sistema de sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho, ainda hoje em vigor no Brasil.

Com o sindicato organizado e reconhecido, apesar da permanente má vontade das autoridades locais e da oligarquia salineira, foi possível reivindicar melhorias salariais, melhores condições de trabalho e o direito de se constituir intermediário entre o trabalhador e a empresa, passando a controlar a contratação dos salineiros sazonais. Sua força e prestígio oscilaram através dos anos, acompanhando as oscilações da economia salineira e da estrutura política nacional.

No momento atual, o sindicato sofre uma grande crise em face da mecanização da mineração do sal e da dispensa em massa de trabalhadores, acarretando problemas sociais muito sérios em toda a região, sobretudo na área de Macau³¹. Com a diminuição da oferta de emprego e com o desemprego atingindo índices da ordem de 90%, o sindicato não tem forças para impor condições e fazer pressões de melhorias salariais e de condições de trabalho, levando-o a um processo de esvaziamento. Este problema, que ocorre em outras áreas e em outras atividades econômicas, é uma das chagas da modernização que é feita em benefício apenas das classes dominantes, trazendo em seu bojo o empobrecimento da população. A modernização mal dirigida, como demonstramos em livro anterior, longe de representar o progresso, o desenvolvimento, é um fator de empobrecimento e de degradação da população que desce das condições caracterizadas como de pobreza, para as de miséria³².

A SALINA MECANIZADA

Os anos Cinquenta foram difíceis para a indústria salineira nordestina, sobretudo para a norte-rio-grandense onde representava uma das principais fontes de renda do estado, empregava uma grande quantidade de trabalhadores e de onde saía a maior porção da produção nacional. Esta indústria tinha dificuldades de competir com o sal importado e com a produção do Rio de Janeiro, embora neste Estado a exploração fosse feita predominantemente por pequenas salinas manuais. O Rio de Janeiro apresentava a vantagem de sua localização no Sudeste do país, região mais populosa e de níveis de renda mais elevados onde o Governo Federal implantou uma fábrica de álcalis.

As perspectivas dos produtores de sal do Rio Grande do Norte eram difíceis em face do alto custo da produção, da qualidade do produto e da dificuldade de exportação. Com a política desenvolvimentista do Presidente Juscelino Kubitschek (1955/69) e a criação da SUDENE, entregue à direção de um grande economista nordestino, Celso Furtado, começaram os produtores a se movimentar à procura de recursos que permitissem mecanizar as suas empresas, sobretudo as de grande porte, e a pressionar pela construção de um porto no litoral norte-potiguar. Cogitava-se numa associação de salineiros com o fim de fundarem grandes salinas, ou até uma grande salina, mas foram levantadas duas questões quanto ao porto: primeira, se ele devia ser construído na costa, continental, portanto, ou se em uma ilha ser artificialmente construída; segundo, se deveria localizar-se em Areia Branca, beneficiando sobretudo a área

³¹ FELIPE, José Lacerda Alves – Geografia Social e Econômica do Sal. Macau. Mossoró. Coleção Mossoroense, Série 8, n° 685, 1989.

³² ANDRADE, Manuel Correia de – Modernização & Pobreza, o Processo de Expansão da Indústria Canavieira e seu Impacto Ecológico e Social. São Paulo. Editora da UNESP, 1994.

salineira deste município, a de Grossos e Mossoró, ou se em Macau, beneficiando o maior município produtor.

A ideia de uma salina única ganhou grande prestígio e, mesmo não tendo vingado, merece ser discutida. Como a Companhia de Comércio e Navegação, sediada em Macau, era a maior, ela não só advogou a formação de uma salina única, certamente esperando deter o controle acionário da empresa, com partiu para um projeto integrado. Também antecipou-se às grandes salinas de Mossoró e Areia Branca, mecanizando as suas atividades.

Os produtores de Mossoró e Areia Branca reuniram-se para reagir à ofensiva daquela Companhia e atraíram o Superintendente da SUDENE para uma reunião onde se comprometeram a juntar as salinas da sua região, dividindo entre eles o controle acionário, prometendo o controle de uma-área produtora de 300 mil toneladas, na época. Conseguiram o apoio oficial, mas não houve tempo de efetivá-lo. Reacenderam, porém, a luta regional entre as duas cidades líderes do oeste potiguar: Mossoró e Macau. Esperavam elevar a produção para 500.000 t anuais na safra 1962/3 e chegar a uma meta ideal de 1.000.000 t anuais. Mas esse projeto desapareceu; quem teria interesse em seu desaparecimento?

O projeto da Companhia de Comércio e Navegação é conhecido e se desenvolveria em três etapas, visando metas específicas:

- 1ª etapa – produção de gesso, hidróxido de magnésio, óxido de magnésio, cloreto de potássio e bromo;
- 2ª etapa – soda cáustica, cloro e ácido clorídrico de magnésio e magnésio metálico;
- 3ª etapa – brometo de metila, sulfato de amônia e carbonato de cálcio.

Previa, como se pode ver, uma grande diversificação da produção a ser explorada, libertando-se da dependência do Cloreto de sódio.

Havia uma preocupação com a utilização das águas-mães, tomando necessária uma concentração da mesma para viabilizar a possibilidade de industrialização.

Entre as vantagens apresentadas destacavam-se:

- 1) – queda do custo operacional face ao aumento da produtividade e da melhoria da qualidade do produto;
- 2) – captação de água pura diretamente do Mar, ao contrário da até então captada dos rios e com elevado grau de poluição;
- 3) – aumento do rendimento no carregamento, que se tomaria mecânico;
- 4) – empilhamento mecanizado, concentrado em local apropriado com diminuição de perdas;
- 5) – colheita mecânica com grande dispensa de força de trabalho;

- 6) – movimentação e concentração de salmouras;
- 7) – cristalização controlada visando obter maior pureza do produto;
- 8) – lavagem mecânica para a eliminação dos sais de magnésio;
- 9) – aproveitamento da salmoura residual para obtenção de subprodutos;
- 10) – melhoria das condições de trabalho, empregando-se um mínimo de esforço manual³³.

O enunciado das vantagens indica que, embora técnica e economicamente favorável, elas não levavam em conta os problemas sociais, não se preocupava, como sempre acontece, com o desemprego que as máquinas acarretariam para a mão-de-obra numerosa e sem alternativas de trabalho. A preocupação era atender aos interesses dos proprietários das salinas, deixando-se, para depois programas que minorassem o empobrecimento da população. Empobrecimento que se iniciaria com o desemprego e, em seguida, com a queda do consumo de mercadoria e de serviços, acarretando um, grande impacto sobre o setor terciário.

A rivalidade entre os produtores de Mossoró-Areia Branca e a Companhia de Comércio e Navegação impediu a implantação do plano e os grandes empresários passaram a se unir para empresas maiores, a vender salinas que perderiam a competitividade por não dispor de capital para se mecanizar, e procurar empréstimos no setor creditício, sobretudo nos bancos oficiais.

O golpe de 1964 iria animar os empresários devido à grande repressão feita ao movimento sindical; além disto, a política que tentava intensificar a exportação, fazia com que se intensificasse o processo de mecanização e a de fusão de empresas.

Em 1971, dentre as empresas que sobreviveram destacavam-se seis com grande produção, a Comércio e Navegação, a Henrique Lage Ind. Com. S.A. e a Salinas São Paulo S.A., sediadas em Macau, e a SOSAL S.A., Salinas Guanabara S.A. e F. Souto Ind. Comércio S.A., situadas em Areia. Branca. A SOSAL e Comércio e Navegação eram as duas mais importantes³⁴.

No período que se seguiu a 1964, houve facilidade para a fusão de empresas, mas esta fusão ocorreu mais intensamente entre as empresas de níveis médio e grande, enquanto as pequenas empresas, muitas delas de dimensão artesanal, por utilizarem sobretudo a mão-de-obra familiar, sobreviverem em condições precárias, com os seus proprietários vivendo com rendas inferiores ao salário mínimo.

Na luta pelos incentivos fiscais distribuídos pela SUDENE, obtiveram créditos substanciais não só grupos nacionais, bem como as multinacionais, o que levou estes grupos a controlarem a produção salineira potiguar. Dentre eles destacam-se o grupo italiano Nora Lage, que adquiriu a Henrique Lage, o grupo holandês AKZO e o norte-americano Morton Norwich

³³ PENHA FILHO, João – A Mecanização das Salinas em Mossoró, Areia Branca e Macau. Natal, Vol. 1, nº1, pags. 31/39. 1982.

³⁴ SOUZA, Márcia Maria Lemos de – Obra citada, pag. 82.

Products Inc³⁵. Nesse período, passaram para o controle estrangeiro, firmas tradicionalmente nacionais, que no período autoritário não recebiam o mesmo favorecimento que a de capital estrangeiro. Para citar um exemplo, a Salina São Paulo requereu à SUDENE, em 1965, a isenção de 50% do imposto de renda e só a obteve em 1969, quatro anos depois, enquanto a SOSAL, controlada pelo grupo Morton, obteve da mesma autarquia, no final de 1966, os recursos para ampliação e automatização, através dos incentivos concedidos pelos artigos 34/18.

Ao tempo em que os grandes grupos concentravam o controle da produção e a implantação de obras de infraestrutura necessárias ao escoamento da produção, como o porto-ilha de Areia Branca (1974), os trabalhadores das salinas iam caindo no desemprego sem que fossem feitos planos que dessem condições de sobrevivência aos mesmos. E o desemprego teve repercussões as mais drásticas a ponto de ter provocado a queda da população absoluta de municípios como Macau, entre 1970 e 1980.

A mecanização tecnificou a exploração das salinas, jogando máquinas nos cristalizadores que quebram e misturam os pedaços de sal e os jogam sobre esteiras que levam ao processo de lavagem e, em seguida, por processo de jato, fazem o empilhamento do sal nos aterros. Em cada cristizador uma máquina substitui dezenas de homens, fazendo a operação mecânica conduzida por um motorista e são necessários uns poucos empregados para acompanharem a trajetória da esteira e para devolver à mesma as pedras que caem no chão.

Apesar de ainda haver algumas salinas manuais, o desemprego atingiu cerca de 90% dos trabalhadores³⁶; alega-se que a mecanização eliminou formas de trabalho insalubres que reduziam a vida do trabalhador ou prejudicavam a sua saúde, mas, se ela livrou os trabalhadores de condições desumanas de trabalho, levou-os à miséria absoluta por privá-los de trabalho durante vários meses do ano. A repercussão desta carência de trabalho abrange uma área bem mais extensa que a região salineira oficial; isto porque, os trabalhadores das salinas tinham emprego somente durante a safra, dedicando-se a outras atividades na entressafra. Grande parte deles é oriunda de municípios do sertão, situados a grande distância onde se dedicam à criação de animais e à cultura de algodão e de lavouras de subsistência. Estas atividades cessam durante a estação seca, quando o trabalhador, desocupado, migra para a região salineira onde trabalha na extração do sal, cuja safra ocorre na mesma estação. Inicialmente, eles eram contratados pelas salinas por tarefa e depois através do sindicato que servia de intermediário entre o trabalhador e a empresa, como o salário era pago por tarefa, procuravam trabalhar o mais intensamente possível, a fim de obter um salário que pudesse ajudá-los nas despesas de manutenção no local de trabalho e da família; daí as longas jornadas, iniciadas geralmente entre 0 e 2 horas da madrugada e se estendendo até as 10:30 da manhã, quando paravam para descanso e almoço, e já não suportavam o calor e a insolação. Descansavam e voltavam ao trabalho e à tardinha, às 16 ou 17 horas, para um novo turno a ser interrompido próximo à meia-noite. Eram frequentes jornadas de 12 a 14 horas diárias.

³⁵ SOUZA, Márcia Maria Lemos de – Obra citada, pag. 118/120.

³⁶ FERNANDES, Geraldo de Magela – Operários do Sal. Dois Séculos de Exploração. Pags. 66/95. Dissertação de Mestrado. Fortaleza. UFCE, 1980.

Hoje, com a mecanização, os poucos que restam empregados têm salários fixos e se revezam em turnos de oito horas diárias, embora continuem fazendo horas extras para complementar os salários.

Há também uma expressiva quantidade de funcionários com carteiras de trabalho assinadas, que são técnicos de nível médio e superior, com garantia de emprego (por um ano) e residem em cidades e vilas próximas das salinas.

A produção do sal, passadas as fases de crise, tem tido um grande crescimento e melhorado a qualidade do produto, o sal nordestino, além de competir com o produto importado, enfrenta ainda o crescimento de produção do salgema de Alagoas, Sergipe e Bahia.

É interessante fazer-se uma reflexão sobre a problemática do sal, sem isolá-la da problemática nacional e mundial, no momento em que o capitalismo enfrenta uma grande transformação; com a abertura do país à concorrência internacional, muitas empresas tendem a encerrar suas atividades ou serem absorvidas pelos grandes grupos econômicos internacionais.

Deve-se levar em conta que o crescimento da produção de sal no Brasil – somando-se o sal marinho com a salgema – tende a aumentar e as grandes empresas que sobrevivem têm que se modernizar cada vez mais para poderem disputar lugar tanto no mercado interno como no externo.

Resta ainda o grande empobrecimento da população, que atinge graus de miserabilidade, em um país onde os planos econômicos vêm desprezando os problemas sociais e ecológicos e se preocupando com aqueles puramente econômicos, e que se situa entre os que possuem a maior concentração de renda e que é governado, desde o período colonial, por uma oligarquia ávida de enriquecimento a qualquer preço, e que tem o maior desprezo pela situação da população.

Daí a importância de se fazer uma análise dos problemas regionais provocados pela modernização da indústria salineira.

OS PROBLEMAS DA ECONOMIA SALINEIRA

Analisada a trajetória histórica da exploração do sal no Nordeste Brasileiro, considera-se da maior importância uma reflexão sobre os problemas por ela acarretados até os dias atuais. Dentre estes salientam-se:

- a – o do transporte de uma produção voltada para a exportação;
- b – o problema da diversificação da produção e da utilização máxima da matéria-prima;
- c – o combate ao desemprego, através de uma política de amparo àqueles sem condições de acesso ao trabalho, e que se reflita nos problemas de educação, saúde e habitação;
- d – o problema ecológico.

O grande problema que afligia os produtores de sal e os grupos empresariais da região salineira era o do transporte para as áreas consumidoras, ou seja, a falta de um porto de fácil acesso à marinha mercante. A burguesia mossoroense, muito ativa na primeira metade do século XX, procurou ligar a região polarizada pela cidade com os grandes centros do Nordeste, construindo uma estrada de ferro que ia do porto de Areia Branca à cidade de Souza, na Paraíba, ligando assim, por estrada de ferro, o oeste potiguar a Fortaleza e ao Recife. O sal poderia ser transportado, através da ferrovia, tanto para o mercado regional sertanejo, como para os principais portos do Nordeste. Mesmo assim, o problema não ficava resolvido, era necessário, para se ganhar tempo e diminuir o preço dos fretes, que o produto fosse embarcado em um porto no oeste do Rio Grande do Norte. Macau passou a reivindicar o porto, uma vez que era o centro maior produtor, enquanto Mossoró, cidade mais rica e importante, alegava que o porto deveria se situar em Areia Branca porque não deveria ser apenas um porto salineiro, mas exportador dos mais variados produtos saídos da região oeste. Para isto mostrava, através de estatísticas, que Areia Branca - porto que servia a Mossoró – apresentava um movimento de carga superior a numerosos portos importantes do Brasil³⁷.

A disputa entre as duas cidades dividiu as opiniões tanto a nível estadual como nacional, tendo sido apresentados e discutidos os mais diversos projetos. Até o fato de Macau se achar ligada a Natal por estrada de ferro serviu de argumento aos mossoroenses de que o sal de Macau, ou da várzea do Açú, poderia ser escoada por ferrovia e exportado pelo porto de Natal, enquanto o do vale do Apodi-Mossoró, necessitava de um porto. Associações técnicas e científicas foram chamadas a emitir pareceres, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que, através de parecer assinado pela geógrafa Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, se manifestou em favor da localização do porto em Areia Branca, salientando que seu parecer se baseava apenas na vantagem da localização, deixando aos especialistas em engenharia portuária, o posicionamento quanto aos aspectos técnicos e econômicos³⁸.

Depois de muitas discussões que se procediam ao mesmo tempo em que se debatia a necessidade de mecanização das salinas e da concentração em uma salina única, Areia Branca seria o ponto escolhido para o porto.

Outra discussão acirrada girou em torno do tipo de porto que deveria ser construído, face à dificuldade de acesso a embarcações de maior calado à costa da região salineira. Luís Fausto de Medeiros³⁹, estudioso do assunto, defendia a construção de um porto no próprio estuário porque este já havia sido utilizado por navios de passageiros, como os da Companhia ITA e cargueiros que até acostavam nos trapiches de salinas situados no estuário. Haviam alguns técnicos que defendiam a construção de um porto teleférico, como o de Tubarão, no Espírito Santo, para a exportação de minério de ferro, e outros, considerando o movimento permanente das areias no litoral e o assoreamento de canais de acesso nas áreas mais próximas, defendiam a construção de um porto-ilha, ao largo da costa.

A decisão final foi em favor da construção de um porto-ilha localizado em Areia Branca. Isto, após discussões políticas em favor da construção não de um porto, mas de três, um em

³⁷ MEDEIROS, Luiz Fausto de – O Porto de Areia Branca e seu Parque. Salineiro, pag. 7. Mossoró. Coleção Mossoroense, n.º22, 1954.

³⁸ INDA O porto Continental de Areia Branca, pag. 57/59. Mossoró. Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, 1967.

³⁹ MEDEIROS, Luiz Fausto de – Obra Citada, pag. 20.

Macau, um Areia Branca e outro em Aracati, no Ceará, além da melhoria do porto de Cunhaú, no leste do Rio Grande do Norte⁴⁰.

A construção do terminal salineiro foi demorada, chegando a ser interrompida por falta de verbas, tendo sido confiada a uma empresa de economia mista, Terminais Salineiros do Rio Grande do Norte (TERMISA), que a concluiu em 1974. O terminal é formado por uma ilha artificial, situada a 14 quilômetros da costa (fig. n°6), distante 22 quilômetros de Areia Branca e 44 de Macau. Ela possui quinze mil metros quadrados e tem capacidade para estocar 150 mil toneladas de sal em urna pilha ou 180 mil em duas pilhas; a divisão em duas pilhas resulta dela receber tanto o sal lavado como o não lavado. Com a construção em três andares, ela abriga 30 pessoas alojadas por até 15 dias e emprega cerca de 200 homens⁴¹.

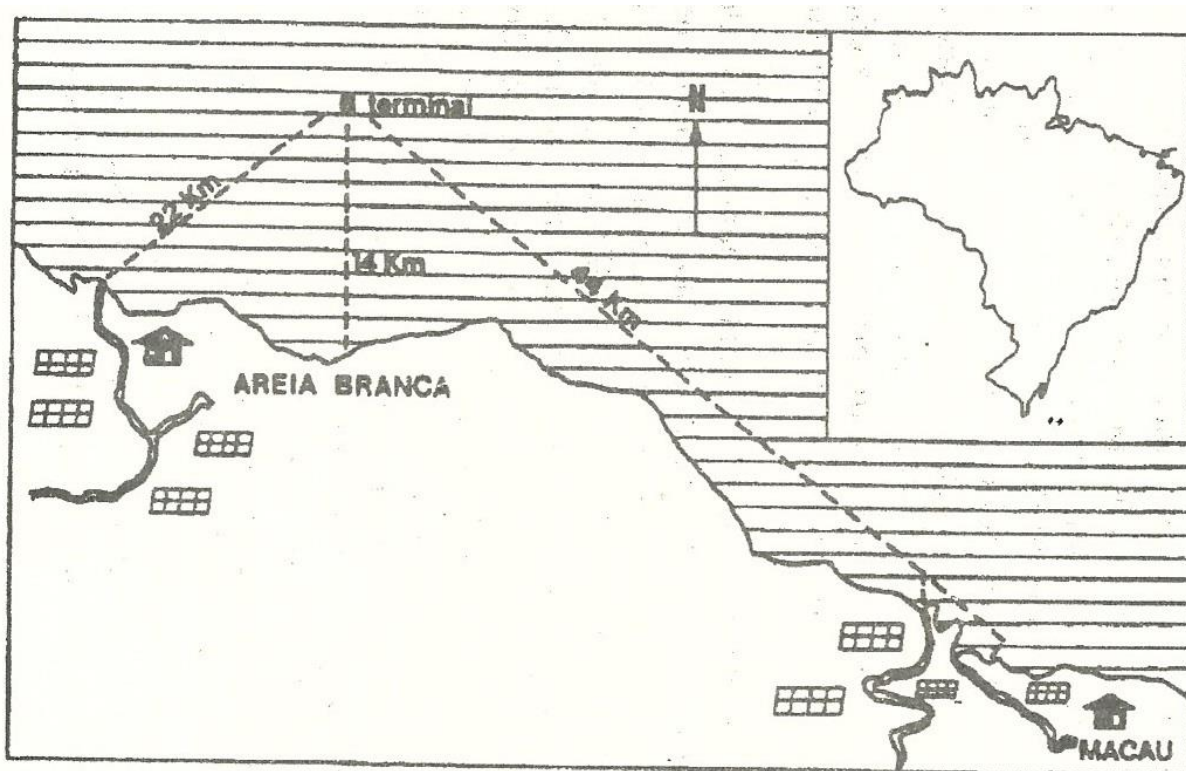


Figura 6: Terminal salineiro do Rio Grande do Norte. **Fonte:** O SAL do Nordeste na era da mecanização. O Estado de São Paulo, 17.12.1978.

O transporte do sal da costa para o terminal é feito em barcaças com capacidade de 500 toneladas de sal, havendo duas para Areia Branca e quatro para Macau. A construção deste porto-ilha barateou em cerca de 30% o preço do transporte do sal.

O problema da diversificação da produção também teve grande importância, de vez que a região salineira não podia se limitar a produzir apenas cloreto de sódio e desprezar outros produtos, como potássio, magnésio, etc., que retornariam ao estuário e ao mar com as águas-mães. Mas, ao se levantar este problema, o grupo potiguar entrou em choque com os grupos

⁴⁰ SOUZA, Márcia Maria Lemos de – Obra citada, pag. 73/4.

⁴¹ SOUZA, Márcia Maria Lemos de – Obra citada, pag. 124/8.

sergipano e alagoano que passaram a defender a necessidade de exploração de suas minas de salgema.

A implantação de uma indústria de álcalis era fundamental, já que ela iria atender à demanda, em crescimento, do mercado nacional, e a fábrica instalada em Cabo Frio não dispunha de matéria-prima suficiente. A própria Companhia Nacional de Álcalis concordou com a implantação de uma outra unidade industrial no Nordeste. Foram muitas as discussões, nos anos Setenta, entre parlamentares sergipanos e potiguares em torno da implantação de uma unidade produtora, mas nos anos Oitenta foi decidida a construção de uma indústria em Macau⁴². Certamente procuraram beneficiar esta cidade, em parte para compensar a vitória de Areia Branca na disputa pelo porto e também levando em conta que a várzea do Açú era a área, no Nordeste, de maior produção de sal.

Os empresários, porém, não procuraram apenas diversificar a produção de sal, procuraram também desenvolver outras atividades, como a criação de camarões, assim como *Artêmia Salina*, que serve de alimento aos mesmos⁴³; o camarão vem sendo criado em cativeiro em diversas áreas do país. Mais uma vez o deputado Antônio Florêncio veio à tribuna da Câmara dos Deputados para defender o desenvolvimento e o apoio governamental para implantação da criação de camarões no Rio Grande do Norte, lembrando, inclusive, a possibilidade de utilização de velhas salinas que vinham sendo abandonadas como anti-econômicas devido ao desenvolvimento da mecanização⁴⁴.

Os empresários de Mossoró, conscientes das mudanças que vinham ocorrendo na área econômica e confiando na diversificação, partiram para maiores preocupações com atividades agrícolas e pecuárias em regiões semi-áridas e conseguiram pressionar o Governo Federal a fundar, na cidade, uma escola destinada a preparar, em nível superior, técnicos para a área rural – A Escola Superior de Agricultura do Nordeste, a ESAN –, abrangendo tanto a agricultura propriamente dita como a veterinária, a zootecnia, para aliar o ensino, a pesquisa e a extensão. Esta escola, que vem desenvolvendo por duas décadas estudos sobre a região e sua problemática econômica, fornecendo técnicas e sugestões de solução para a exploração racional do solo e do sub-solo, tem tido em Vingt-um Rosado o seu grande paladino.

Vê-se, assim, que os problemas de produção do sal vêm sendo estudados, pesquisados e encaminhados para uma solução. Restam, porém, as grandes sequelas sociais, os problemas decorrentes da mecanização das salinas. Era grande o número de trabalhadores do sal com contratos sazonais durante a safra – os chamados avulsos – que, com os trabalhadores permanentes, se associaram formando um grande sindicato que contestava as decisões dos proprietários e defendia os interesses dos trabalhadores. Esta orientação sindical provocou forte reação patronal, com apoio das autoridades, e os sindicalistas foram perseguidos de forma atroz. Eles eram, de um modo geral, trabalhadores que, passado o contrato, voltavam para o local de trabalho⁴⁵.

⁴² FLORÊNCIO, Antônio – Necessidade de Implantação de uma Fábrica de Barrilha no Rio Grande do-Norte. Brasília. Câmara dos Deputados, 1980.

⁴³ ALMEIDA, Nilza Costa de – Estudo sobre Ecologia de *Artêmia Salina*, São Paulo, Nobel, 1980.

⁴⁴ Projeto para a Criação Científica de Camarão no Rio Grande do Norte. Brasília. Câmara dos Deputados, 1981.

⁴⁵ THIÉBLOT, Marcel Jules — Obra citada, pag. 103.

A mecanização das salinas e o desemprego em massa levaram os trabalhadores a uma situação difícil, não tendo eles condições de enfrentá-la.

Em Macau, por exemplo, a população absoluta municipal caiu de 25.789 hab. em 1970 para 24.071 em 1980, de vez que grande parte dela voltou às áreas de origem, ou, sendo de Macau, emigrou para centros urbanos mais dinâmicos. Em outros municípios os trabalhadores sazonais também voltaram para as áreas onde trabalhavam a terra, mas privados de parte substancial de seus salários.

O desemprego repercutiu também no meio urbano, nas cidades de maior porte, como Mossoró, onde estes trabalhadores se fixaram e passaram a esmolar, a fazer pequenos serviços avulsos, “biscates”, no meio urbano, ou a viver de pequenos furtos. Passou a haver o que Gilberto Freyre chamou de *inchação das cidades* ao invés de crescimento. Só então, as elites compreenderam que haviam, durante a crise, se preocupado com a tecnificação e a modernização do aparelho econômico, de seu interesse imediato, e menosprezado completamente o problema daqueles que contribuíam com o trabalho, para seu enriquecimento. Há, até, os que raciocinam “só sofre quem pensa” e se o trabalhador não pensar, não sofrerá.

O próprio sindicato de trabalhadores, que perdera influência à proporção em que enveredava pela ideologia do corporativismo do Estado Novo e que se esvaziara devido à falta de combatividade, agora, perdendo a maioria absoluta dos seus sócios, se anulou. Ao se passar para o capitalismo de concorrência para o capitalismo monopolista e concentrador, os sindicatos de trabalhadores são, naturalmente, anulados, perdem a finalidade e o poder. O próprio sindicato não procurará ou não poderá organizar uma infra-estrutura de apoio à sustentação do seu quadro de sócios. Tanto que, ao se dar o choque do desemprego em massa, ele dispunha apenas de uma área de menos de 3.000 ha para fazer uma política de assentamento dos ex-salineiros, e parte desta área era uma reserva florestal.

Quando o problema tomou maiores proporções, o governador Cortez Pereira resolveu desenvolver uma política de colonização em alta escala, em terras devolutas situadas nas bacias do Açu e do Apodi-Mossoró, nos tabuleiros silicosos, visando o desenvolvimento da cultura do caju para exportação. Há sempre uma preocupação dos governos brasileiros em exportar e um esquecimento de que cerca de 150 milhões de habitantes do país necessitam ser regularmente alimentados. O programa foi bem planejado e executado por etapas, com o assentamento de milhares de agricultores; a base de sustentação econômica do programa seria o caju, que só passaria a produzir em escala comercial depois de três anos. Para abastecer os colonos foram iniciadas, junto com o produto principal, culturas de produtos alimentícios de ciclo vegetativo curto para o consumo dos próprios agricultores e a venda dos excedentes às populações urbanas. Dispondo já de estradas pavimentadas, os produtos seriam comercializados nos grandes centros urbanos do Nordeste e de outras regiões do país.

Programas deste tipo, porém, não são suficientes para a solução do problema, eles apenas o atenuam, o projeto em andamento está caminhando com períodos de euforia e de desânimo. Baseado em produto agrícola de exportação, é natural que ele sofra as oscilações do mercado internacional e, em um clima seco, também esteja sujeito às variações climáticas.

Não se pode esquecer que os problemas sociais estão estreitamente ligados ao ecológico e a miséria é um dos maiores problemas face à ecologia.

Sendo o Norte Potiguar uma área, muito dependente da extração mineral – além do sal há exploração de gipsita, calcáreo, xelita e outros minérios –, exploram-se agora o petróleo, que trará, certamente, fortes impactos ambientais e sociais à região. Convém salientar que os rendimentos advindos do petróleo, para o estado e os municípios, são muito pouco expressivos.

Acreditamos que a região, que tem grandes desafios naturais ligados sobretudo ao clima e ao solo, irá enfrentar ainda maiores desafios sociais face à capacidade de adaptação das classes dominantes às novas realidades e a facilidade que têm de se apropriar das modificações tecnológicas e de capital para aumentar os seus privilégios e as suas rendas. O desenvolvimento econômico sem o acompanhamento de uma mudança de mentalidade e de uma melhoria das condições de vida, pode levar a consequências ainda mais desastrosas que a inércia e o atraso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Francisco Gonçalves de. **A margem da Meteorologia do Nordeste**. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série B, 487, 1988

ALMEIDA, Nilza Costa de. **Estudo sobre ecologia de Artêmia Salina**. São Paulo: Nobel, 1980.

ANDRADE, Gilberto Osório de. Clima. In: **Brasil a Terra e o Homem**. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1964. (v.1: As Bases Físicas).

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra a e o Homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo. Atlas, 1986.

ANDRADE, Manuel. Correia de. **Modernização & Pobreza: o Processo de Expansão da Indústria Canavieira e seu Impacto Ecológico e Social**. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

BASTOS, Humberto. **Rui Barbosa: Ministro da Independência Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro. Casa de Rui Barbosa, 1949.

CARVALHO JÚNIOR, José Victor; FELIPE, José Alves Lacerda; ESCOSSIA, Carlos Augusto de. Introdução à História do Sal. **Terra & Sal**, Natal, v.1, n. 2. 1982.

DUARTE, Deoclécio. **O Sal na Economia do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Alba, 1942.

FELIPE, José Lacerda Alves. **Geografia Social e Econômica do Sal**. Macau. Mossoró. Coleção Mossoroense, Série B, n.685, 1989.

FERNANDES, Geraldo Magela. **Operários do Sal: Dois Séculos de Exploração**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza. UFCE, 1980.

FLORÊNCIO, Antônio. **Necessidade de Implantação de uma Fábrica de Barrilha no Rio Grande do Norte**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1980.

FLORÊNCIO, Antônio. **Projeto para a Criação Científica de Camarão no Rio Grande do Norte**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1981.

- GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza. Instituto do Ceará, 1947.
- INDA. **O porto Continental de Areia Branca**. Mossoró: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, 1967.
- LAMARTINE, Juvenal. **O Rio Grande do Norte e seus problemas econômicos**. Mossoró. Coleção Mossoroense, 577, 1989.
- LIMA, Maria Lúcia Cunha Alves de. **Industrialização e Organização do Espaço Urbano: o caso de Maceió**. Dissertação de Mestrado. Recife. UFPE, 1982.
- MEDEIROS, Luiz Fausto de. **O Porto de Areia Branca e seu Parque Salineiro**. Mossoró. Coleção Mossoroense, n.22, 1954.
- MEDEIROS, Luiz Fausto de. **Minhas Memórias de Areia Branca**. Mossoró. Coleção Mossoroense. Série C, n. LXVI, 1978.
- MELLO, José Antônio Gonçalves de. Dois Relatos Holandeses. Recife. **Revista do Arquivo Público Estadual**, a.4, n.6, 1949.
- NIMER, Edmon. **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro. SUPREN, 1979.
- PENHA FILHO, João. **A Mecanização das Salinas em Mossoró, Areia Branca e Macau**. Natal, 1982.
- ROSADO, Vingt-un; ROSADO, América. **Os Holandeses nas Salinas do rio Mossoró**. Mossoró. Coleção Mossoroense, vol. CCCXXXIII, 1987.
- SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. São Paulo. Melhoramentos, 1931,
- SOSAL. **O Sal no Contexto Econômico Nacional**. Coleção Mossoroense. Série B, n.664. Mossoró, 1989.
- SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1938.
- SOUZA, Itamar de. O Sal Potiguar na Velha República (1889-1930). **Terra e Sal**, a.3, n.3, Natal. Imprensa Universitária, 1985.
- SOUZA, Márcia Maria Lemos de. **A Política Econômica Salineira e o Rio Grande do Norte (1965/1974)**. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PUC, 1988.
- THIÉBLLOT, Marcel Jules. **Os Homens do Sal no Brasil**. São Paulo. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1979.